

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL



Projeto
São Francisco

Água, futuro e cidadania para mais brasileiros.

*Projeto de Integração
do Rio São Francisco
com Bacias Hidrográficas
do Nordeste Setentrional*

Relatório Síntese

*dos Programas Ambientais do
Projeto Básico Ambiental (PBA)
do PISF*



Julho de 2017

Relatório Síntese de Atendimento dos Programas Ambientais do Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF

JULHO - 2017



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. ANEXO.....	6



1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório tem como objetivo demonstrar de forma detalhada o atendimento de cada Programa no que diz respeito aos seus objetivos, metas e indicadores. Esse detalhamento está descrito nos quadros resumo de atendimento dos programas ambientais constante do anexo único.

As ações da área ambiental do PISF relacionadas ao Projeto Básico Ambiental são desenvolvidas considerando-se o empreendimento como um todo, apesar de sua divisão estratégica por Eixo, Trecho e Lotes de Obras, são agrupadas por programa ambiental e respectivas condicionantes associadas.

O avanço relativo à execução dos Programas está diretamente relacionado com o avanço físico das obras, como prevê uma das premissas de planejamento do PISF. Como forma de demonstrar o andamento da execução desses Programas, são apresentadas nos relatórios de execução anuais as atividades inerentes a cada Programa.

O quadro a seguir apresenta de forma geral a situação de cada Programa quanto ao seu atendimento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	SITUAÇÃO
Liberação de Faixa de Obra (LFO)	6	Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	7	Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	10	Programa de Supressão de Vegetação de Áreas de Obras e Limpeza de Reservatórios	EM ATENDIMENTO - 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	34	Programa de Relocação das Infra-Estruturas a Serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
Compensatórios e Socioeconômicos	8	Programa de Reassentamento de Populações	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	11	Programa de Apoio Técnico às Prefeituras	ATENDIDO. Solicitado Encerramento do Programa nos 15º e 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de Execução do PBA do PISF. Reiterado o Pedido na NT nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	12	Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas	EM ATENDIMENTO - 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	15	Programa de Implantação de Infraestrutura e Abastecimento de Água	EM ATENDIMENTO - 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	16	Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação	EM ATENDIMENTO - 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	17	Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas	EM ATENDIMENTO - 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	18	Programa de Apoio e Fortalecimento dos Projetos e Assentamentos Existentes	ENCERRADO - Parecer Técnico nº 151/2012-COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA.



GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	SITUAÇÃO
	19	Programa de Regularização Fundiária nas Áreas do Entorno dos Canais	ATENDIDO. Solicitado Encerramento do Programa nos 15º e 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de Execução do PBA do PISF. Reiterado o pedido na NT Nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	20	Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	21	Programa de Controle da Saúde Pública	ATENDIDO. Solicitado Encerramento do Programa nos 14º, 15º e 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de Execução do PBA do PISF. Reiterado o pedido na NT Nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	30	Programa de Apoio às Ações de Vigilância da Qualidade da Água para o Consumo Humano	ATENDIDO. Solicitado Encerramento do Programa no 14º, 15º e 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de Execução do PBA do PISF. Reiterado o Pedido na NT Nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	32	Programa de Apoio de Saneamento Básico	ATENDIDO. 18º Relatório de Execução do PBA do PISF.
Gestão, Conservação e Monitoramento (GCM)	1	Plano de Gestão, Supervisão e Auditoria Ambiental	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	2	Plano Ambiental de Construção (PAC)	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	3	Programa de Comunicação Social	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	4	Programa de Educação Ambiental	ATENDIDO. Solicitação de Encerramento nos 16º e 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	5	Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	9	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	13	Programa de Compensação Ambiental	ATENDIDO - Solicitado Encerramento do Programa na Nota Técnica nº 95/2011/DPE/SIH/MI. Reiterado o Pedido no 16º e no 17º Relatório de Execução do PBA do PISF e na NT Nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	14	Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios	ATENDIDO. Solicitado Encerramento do Programa nos 15º e 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de Execução do PBA do PISF. Reiterado o Pedido na NT Nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	22	Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Limnologia	EM ATENDIMENTO - 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	23	Programa de Conservação da Fauna e da Flora	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	24	Programa de Prevenção à Desertificação	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
26	Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas	EM ATENDIMENTO - 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.	



GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	SITUAÇÃO
	27	Programa de Monitoramento de Processos Erosivos	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	28	Programa de Monitoramento de Cargas Sólidas Aportantes nos Rios receptores e Seus Açudes Principais	ATENDIDO. Solicitado Encerramento do Programa nos 14º, 15º e 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de Execução do PBA do PISF. Reiterado o Pedido na NT Nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	35	Programa de Acompanhamento da Situação dos Processos Minerários na ADA	ATENDIDO. 18º Relatório de Execução do PBA do PISF.
Operação (OPR)	25	Programa de Monitoramento de Sistema Adutor	EM ATENDIMENTO - 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	29	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Implantados, em Implantação ou Planejados na Bacia Receptora	ATENDIDO. Solicitado Encerramento do Programa nos 14º, 15º e 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de execução do PBA do PISF. Reiterado o Pedido na NT Nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	31	Programa de Apoio à Redução de Perdas no Sistema de Abastecimento Público e Estímulo ao Reuso de Água, nas Bacias Receptoras	ATENDIDO. Solicitado Encerramento do Programa nos 14º, 15º e 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de Execução do PBA do PISF. REITERADO O PEDIDO NA NT Nº 64-2015/CGPA/DPE/SIH/MI.
	33	Programa de Segurança e Alerta Quanto às Oscilações das Vazões dos Canais Naturais que Irão Receber as Águas Transpostas	ATENDIDO. 18º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	36	Programa de Monitoramento da Cunha Salina	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
Linha de Transmissão (LTS)	37	Programa de Corte e Poda Seletiva da Vegetação	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.
	38	Programa de Monitoramento, Controle e Prevenção de Incêndios Florestais na Linha de Servidão.	EM ATENDIMENTO. 17º Relatório de Execução do PBA do PISF.

Quadro 2 – Resumo Quanto ao Atendimento dos Programas Ambientais

ATENDIMENTO	PROGRAMAS	
Programas Atendidos	04, 11, 13, 14, 19, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 35.	
Programas em Atendimento	01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34, 37 e 38.	
Programas Encerrados	18 e 36.	
Resumo Atendimento de Programas		
Situação	Quantidade	%
Atendidos	13	34,21
Em Atendimento	23	60,53
Encerrados	02	5,26
Total	38	100



2. ANEXO

- **Anexo Único:** Quadros resumo de atendimento dos programas ambientais do PISF.



01 - PLANO DE GESTÃO, CONTROLE AMBIENTAL E SOCIAL DAS OBRAS

GRUPO DE PROGRAMA: G0 - Plano de Gestão Ambiental, Controle Ambiental e Social das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	<p>1.1. Dotar o PISF de mecanismos eficientes que garantam a execução de todas as ações planejadas para controlar, minimizar, monitorar e compensar os impactos socioambientais gerados, de forma a manter um elevado padrão de qualidade ambiental na implantação e operação do PISF.</p>	<p>1.1. Criação da Coordenação Geral dos Programas Ambientais (CGPAM);</p> <p>1.2. Montagem de equipe para execução e acompanhamento dos Planos e Programas Ambientais;</p> <p>1.3. Definição de ferramentas gerenciais de acompanhamento da execução de cada Programa (relatórios, fichas e padrões a serem atendidos);</p> <p>1.4. Montagem de Equipe de Inspeção Ambiental;</p> <p>1.5. Contratação de empresa para os serviços de Execução e Acompanhamento de Medidas, Planos e Programas Ambientais, definidos no Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).</p>
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Definir diretrizes gerais, visando estabelecer a base ambiental para as obras e os serviços relativos aos grupos de Programas de Supervisão e Controle de Obras e Programas de Apoio às Obras;</p> <p>2.2. Definir, conjuntamente com as diversas áreas do empreendimento, os procedimentos e mecanismos para a coordenação e a articulação adequada das ações a cargo de cada um dos agentes intervenientes nas diversas fase do empreendimento;</p> <p>2.3. Criar procedimentos e instrumentos técnico-gerenciais para garantir a implementação das ações ambientais propostas no detalhamento dos programas ambientais, durante as obras;</p>	<p>2.1. Definição de procedimentos relativos às atividades construtivas (sinalização, geração e tratamentos de efluentes, resíduos sólidos, escavação com explosivos, dentre outros);</p> <p>2.2. Definição conjunta de procedimentos específicos para liberação da faixa de obra (Desapropriação, Arqueologia, Fauna e Flora);</p> <p>2.3. Definição de fluxo para execução, sistematização e aprovação das ações definidas em cada Programa;</p> <p>2.4. Definição e validação das atividades previstas no PAC,</p>



01 - PLANO DE GESTÃO, CONTROLE AMBIENTAL E SOCIAL DAS OBRAS

GRUPO DE PROGRAMA: G0 - Plano de Gestão Ambiental, Controle Ambiental e Social das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.4. Definir e implementar procedimentos de acompanhamento e controle das ações ambientais propostas no Plano Ambiental de Construção - PAC, visando a padronização do trabalho a ser realizado em todos os trechos;</p> <p>2.5. Estabelecer, conjuntamente com as diversas áreas do empreendimento, procedimentos de articulação com diversos segmentos governamentais e sociais afetados pelas obras, garantindo um fluxo de informações, o acatamento de sugestões e a resolução de conflitos;</p> <p>2.6. Implementar em sua totalidade, o Programa de Comunicação Social em todas as suas fases.</p>	<p>cientificando as empresas construtoras sobre a obrigatoriedade da sua execução;</p> <p>2.5. Articulação realizada com as entidades e atores e diretamente envolvidos no PBA.</p> <p>2.6. Em atendimento.</p>
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Não se aplica.	-
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	<p>4.1. PE: Cabrobó, Salgueiro, Verdejante. CE: Penaforte e Jati;</p> <p>4.2. CE: Jati, Brejo Santo, Mauriti, Barro. PB: Monte Horebe, São José de Piranhas PE: Floresta, Betânia, Custódia, Sertânia. PB: Monteiro.</p>	-
5) METAS	<p>5.1. Definir 100% das diretrizes ambientais para as obras e os serviços relativos aos Programas;</p> <p>5.2. Atender todas as demandas em termos de elaboração de procedimentos e mecanismos para a coordenação e articulação adequadas das ações ambientais durante as obras;</p> <p>5.3. Obtenção de níveis próximos a zero de reclamações da população local com relação ao comportamento dos técnicos e trabalhadores da obra;</p> <p>5.4. Obtenção de níveis próximos a zero de acidentes de trabalho causados por desatenção e descuido dos técnicos e trabalhadores das obras;</p>	<p>5.1. 100% definida;</p> <p>5.2. Todas as demandas são atendidas;</p> <p>5.3. Atendimento adequado dos registros de reclamação da população no período;</p> <p>5.4. São realizados campanhas educativas e treinamentos contínuos para os trabalhos, a afim de reduzir o número de acidentes.</p>

01 - PLANO DE GESTÃO, CONTROLE AMBIENTAL E SOCIAL DAS OBRAS

GRUPO DE PROGRAMA: G0 - Plano de Gestão Ambiental, Controle Ambiental e Social das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
5) METAS	<p>5.5. Obtenção de níveis próximos a zero de não conformidades e danos ao meio ambiente causados por descuidos e desatenção dos técnicos e trabalhadores das obras;</p> <p>5.6. Obtenção de níveis próximos a zero de casos de violência, crimes e indisciplina nos canteiros e frentes de obra;</p> <p>5.7. Obtenção de níveis próximos a zero de registros de contágio e transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.</p>	<p>5.5. Os danos ambientais foram remediados.</p> <p>5.6. Não foram registrados casos violentos ou crimes nos canteiro de obras do PISF.</p> <p>5.7 O protocolo para esse tipo de doença deve guardar sigilo do paciente, aliado ao fato de que o diagnóstico é feito na rede de saúde, onde a construtora não tem acesso a essa informação.</p>
6) INDICADORES	<p>6.1. Número de procedimentos elaborados;</p> <p>6.2. Número de reclamações das populações locais;</p> <p>6.3. Número de acidentes de trabalho;</p> <p>6.4. Número de não conformidades e danos ao meio ambiente;</p> <p>6.5. Número de infrações do Código de Conduta;</p> <p>6.6. Número de registros de contágio e transmissão de doenças sexualmente transmissíveis;</p> <p>6.7. Número de auditorias realizadas.</p>	<p>6.1. 27 procedimentos;</p> <p>6.2. 15 reclamações;</p> <p>6.3. 79 acidentes;</p> <p>6.4. 26, sendo 8 solucionadas e 18 em Atendimento.</p> <p>6.5. Esse indicador não se mostrou possível ser acompanhado por se tratar de situações subjetivas, envolvendo o aspecto comportamental do trabalhador.</p> <p>6.6. O protocolo para esse tipo de doença deve guardar sigilo do paciente, aliado ao fato de que o diagnóstico é feito na rede de saúde, onde a construtora não tem acesso a essa informação.</p> <p>6.7. Realizado um total de 24 vistorias por ano pela Supervisora e Empresa responsável pela Execução das Medidas e Planos Ambientais do PISF, nos trechos de obra.</p>



01 - PLANO DE GESTÃO, CONTROLE AMBIENTAL E SOCIAL DAS OBRAS

GRUPO DE PROGRAMA: G0 - Plano de Gestão Ambiental, Controle Ambiental e Social das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1. Em atendimento	



02 - PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	<p>1.1. Estabelecimento de critérios e requisitos, na forma de diretrizes, destinados a nortear as ações técnicas das empresas de construção e montagem em relação às questões ambientais, ao longo da execução das obras.</p>	<p>1.1. Os Planos Básicos Ambientais norteiam as empresas construtoras sobre as metodologias a serem adotadas em referência as questões ambientais. Através dos Programas as empresas responsáveis pela construção dos Lotes/ Metas de Obras elaboram Planos específicos onde são apresentadas as diretrizes a serem seguidas nas áreas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.</p> <p>Além dos Programas, o Ministério da Integração elaborou Notas Técnicas, procedimentos e normas estabelecendo e detalhando diretrizes a serem implementadas pelas empresas construtoras durante atividades diversas do processo construtivo.</p>
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Definição de diretrizes ambientais visando ao detalhamento dos procedimentos executivos de obras, com vistas à mitigação de aspectos potencialmente agressores ao meio ambiente e para atuação das construtoras no controle de saúde dos seus empregados;</p> <p>2.2. Previsão de aplicabilidade das ações gerais de educação e saúde, visando minimizar os impactos socioculturais sobre a ocorrência de acidentes e agravos à saúde dos trabalhadores envolvidos e à comunidade local;</p> <p>2.3. Estabelecer recursos locais de assistência à saúde e de remoção das vítimas de acidentes;</p> <p>2.4. Elaboração de instrumentos básicos que subsidiem o controle dos processos e auditorias a serem realizadas pelos responsáveis pela auditoria ambiental do empreendimento;</p>	<p>2.1. As diretrizes definidas para elaboração dos procedimentos executivos das obras levou em consideração os requisitos legais, as normas regulamentadoras e as diretrizes estabelecidas nos Programas e Planos do PBA do PISF.</p> <p>2.2. São realizados treinamentos periódicos e DDMS relacionados a área de Saúde e Segurança, onde os responsáveis pelo setor de SSMA abordam temas variados nessas questões, abrangendo os colaboradores das empresas construtoras e os moradores das comunidades das áreas diretamente afetadas pelas obras do PISF.</p> <p>2.3. As empresas construtoras disponibilizam nos canteiros de obras e em algumas estruturas de apoio, ambulatórios com a presença constante de profissionais de saúde, medicamentos e equipamentos para atendimentos básicos, primeiros socorros e emergenciais, além de disponibilizarem ambulâncias nos canteiros de obras e frentes de serviços para a remoção de colaboradores que necessitem de atendimentos em hospitais.</p>



02 - PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p>2.5. Cumprimento das legislações ambientais federal, estadual e municipal vigentes, no tocante aos padrões de emissão e no que se refere à correta e segura disposição de resíduos não-inertes ou perigosos.</p>	<p>2.4. Elaboração e apresentação de relatórios periódicos de situação ambiental pelas supervisoras de obras; apresentação de todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para instalação e operação do empreendimento; Apresentação dos planos e procedimento realizados para mitigação dos impactos ambientais.</p> <p>2.5. Os resíduos sólidos não-inertes e perigosos são descartados conforme apresentados nos Planos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos, elaborado pelas empresas construtoras responsáveis pela construção dos Lotes/ Metas de Obras. O PGDR é elaborado com base em procedimentos e nas legislações Federais, Estaduais e Municipais para que as mesmas sejam atendidas, realizando assim o descarte adequado dos referidos resíduos, através de empresas especializadas e licenciadas. Em cumprimento as legislações ambientais quanto a emissão de material particulado, foram adotadas medidas preventivas, tais como a realização da umectação das vias de acesso, instalação de aspersores nos britadores e instalação de filtros de manga nas centrais de concreto com o objetivo de minimizar a emissão de material particulado. Além dessas ações, são realizadas manutenções preventivas nas máquinas e equipamentos de forma a garantir o bom funcionamento com o intuito de minimizar a emissão de poluentes para atmosfera. O ministério realiza visitas/auditorias periódica para garantir o atendimento.</p>
<p>3) PÚBLICO-ALVO</p>	<p>3.1. Todos os trabalhadores da obra e também daqueles que indiretamente poderão vir a ser alvo das demandas ou consequências da implantação do empreendimento.</p>	<p>-</p>
<p>4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA</p>	<p>4.1. Toda a região afetada pelas obras - ADA</p>	<p>-</p>



02 - PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>5) METAS</p>	<p>5.1. Retorno a 100% das demandas verificadas em relação as reclamações referentes aos transtornos advindos do desenvolvimento das obras;</p> <p>5.2. Atendimento de 100% das recomendações em virtude das não conformidades;</p> <p>5.3. Priorizar a contratação de maioria da mão de obra local, considerando a disponibilidade de pessoal, durante a execução das obras;</p> <p>5.4. O cumprimento de todas as diretrizes estabelecidas, conforme normas e procedimentos previstos no programa.</p>	<p>5.1. Considerando os canais por meio dos quais o público direciona pedidos de informações sobre o PISF (Serviço 0800; Caixa de Comunicação; Centros de Referência em Comunicação Social; Ações Itinerantes na Zona Urbana (CIZU) e Rural (CIZR); Sites) e os prazos que devem ser cumpridos em relação ao tempo de resposta, avalia-se que o percentual de respostas é de 100%.</p> <p>5.2. As não conformidades estão sendo atendidas dentro dos prazos estabelecidos pelas supervisoras.</p> <p>5.3. Está sendo contratada a mão-de-obra disponível das Áreas Diretamente Afetadas (ADA) pelas atividades construtivas do PISF, acarretando o máximo de benefícios socioeconômicos a região.</p> <p>5.4. O acompanhamento do cumprimento das diretrizes estabelecidas no Programa relacionado à execução, melhoramento e sinalização das vias de acesso; garantia de conforto, higiene, bem-estar e saúde dos colaboradores; acompanhamento do cumprimento das diretrizes relacionadas aos postos de combustíveis, lava-jatos e oficinas mecânicas; diretrizes para desmonte de rochas, escavação com explosivos, utilização de áreas de empréstimos e bota-fora; estruturas de apoio nas frentes de obra; gerenciamento e disposição de resíduos; código de conduta, transporte e segurança dos trabalhadores. O cumprimento das diretrizes vem sendo atendido de acordo com o andamento das obras do PISF.</p>



02 - PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>6) INDICADORES</p>	<p>6.1. Número de dias sem que se constate a ocorrência de acidentes de trabalho;</p> <p>6.2. Número de reclamações das populações locais, em relação à geração de transtornos advindos do desenvolvimento das obras;</p>	<p>6.1. Números de dias sem ocorrência de acidentes de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lote 01 – 1076 dias • Lote 02 – 884 dias • Lote 08 – 1295 dias • Meta 1N – 401 dias • Meta 2N – 52 dias • Meta 3N – 102 dias • Exército Brasileiro Trecho V – 187 dias • Meta 1L/2L – 265 dias • Meta 2L/3L – 25 dias <p>6.2. Ocorreram 15 reclamações, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trecho I – 7 reclamações • Trecho II – 1 reclamação • Trecho V – 7 reclamações <p>6.3. Percentual de não conformidades atendidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lote 01 – 100% • Lote 02 – 90% • Lote 08 – 86,36% • Meta 1N – 83,84% • Meta 2N – 93,33%



02 - PLANO AMBIENTAL DE CONSTRUÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>6) INDICADORES</p>	<p>6.3. Percentual de não conformidades atendidas;</p> <p>6.4. Percentual de ocupação de mão de obra local nas obras do Projeto de Integração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Meta 3N – 96,13% • Exército Brasileiro Trecho V – atividades mobilizadas para terraplenagem e pavimentação asfáltica de acesso às EBVs 1, 2 e 3, desde o período de maio de 2014. • Meta 1L/2L – 91,23% • Meta 2L/3L – 35,29% <p>6.4. Percentual de não conformidades atendidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lote 01 – Lote de obras paralisado • Lote 02 – 100% • Lote 08 – Lote de obras paralisado • Meta 1N – Lote de obras paralisado • Meta 2N – 63,18% • Meta 3N – 50% • Exército Brasileiro Trecho V – a mão de obra utilizada pelo exército • Meta 1L/2L – 70,61% • Meta 2L/3L – 80,92%
<p>7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO</p>	<p>7.1. Em atendimento</p>	



03 - PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GRUPO DE PROGRAMA: G2 - Programas Ambientais de Ampla Articulação no Território

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Constituição de um canal de comunicação contínuo entre o Empreendedor e a sociedade, especialmente a população diretamente afetada pelo empreendimento, de forma a motivar a sua participação nas diferentes fases do Empreendimento.	1.1. Objetivo atendido por meio da elaboração do Plano Estratégico de Comunicação Social do Projeto São Francisco e operacionalização das ferramentas nele propostas, entre as quais: - Implantação de Centros de Referência em Comunicação Social; - Instalação de Caixas de Comunicação; - Operacionalização da Ouvidoria Geral; - Manutenção de sites para divulgação de conteúdo informativo; - Realização da Comunicação Itinerante na Zona Urbana (CZU); - Realização da Comunicação Itinerante na Zona Rural (CIZR); - Realização de cobertura fotográfica andamento da obra; - E elaboração de Resumos Informativos da obra.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.1. Divulgar a importância estratégica do empreendimento como instrumento de desenvolvimento local e regional, priorizando a população da Área de Influência Direta do Projeto, incluindo as comunidades remotas; 2.2. Garantir o amplo e antecipado acesso às informações sobre o empreendimento, os impactos ambientais e sociais associados, os Programas Ambientais; 2.3. Contribuir para a criação de um relacionamento construtivo entre o Empreendedor e empresas contratadas com a população afetada, suas entidades representativas, organizações governamentais e não governamentais.	2.1; 2.2 e 2.3. Objetivos atendidos por meio da operacionalização das ações propostas no Plano Estratégico de Comunicação Social citados no item 1.1.
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Municípios da AID, opinião pública em geral, Mídia local e regional, Estados Receptores e Estados das Bacias do Rio São Francisco nas campanhas Nacionais, sindicatos, Associações, Entidades Ambientalista Organizações da Sociedade Civil, População da Área Diretamente Afetada (faixa de Obra), comunidades situadas na faixa de 500m ao longo do traçado e localidades rurais próximas aos canteiros, comunidades Indígenas e Quilombolas e Técnicos e trabalhadores das obras.	



03 - PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GRUPO DE PROGRAMA: G2 - Programas Ambientais de Ampla Articulação no Território

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA</p>	<p>4.1. Toda a região afetada pelas obras:</p> <p>4.2. ADA - Área Diretamente Afetada: 5 km de cada lado dos canais e reservatórios a serem implantados.</p> <p>4.3. AID - Área de Influência Direta: 66.500 km² ou 89 municípios, sendo:</p> <p>4.4. Ceará: Alto Santo, Aurora, Baixio, Barro, Brejo Santo, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jati, Lavras da Manguabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Orós, Penaforte, Quixelô e Umari.</p> <p>4.5. Rio Grande do Norte: Açú, Apodi, Francisco Dantas, Itaú, Itajá, Jardim de Piranhas, José da Penha, Jucurutu, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Santana do Matos, São Fernando, São Francisco do Oeste, São Rafael, Taboleiro Grande.</p> <p>4.6. Pernambuco: Betânia, Cabrobó, Custódia, Floresta, Ibimirim, Mirandiba, Orocó, Ouricuri, Parnamirim, Petrolândia, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Sertânia, Terra Nova e Verdejante.</p> <p>4.7. Paraíba: Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Caraúbas, Congo, Monteiro, São Domingos do Cariri, Aguiar, Aparecida, Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Coremas, Marizópolis, Monte Horebe, Nazarezinho, Paulista, Piancó, Poço José de Moura, Pombal, Riacho dos Cavalos, Santa Helena, São Bento, São Domingos de Pombal, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Sousa, Triunfo e Uiraúna.</p>	



03 - PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GRUPO DE PROGRAMA: G2 - Programas Ambientais de Ampla Articulação no Território

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>5) METAS</p>	<p>5.1. Implantação de um Centro de Referência em Comunicação Social em cada Trecho do Projeto (I,II e V);</p> <p>5.2. Criação de mecanismos e ferramentas de comunicação (spots, sites entre outros) para atingir os diversos públicos das áreas a afetadas.</p> <p>5.3. Implantação e atualização periódica do site institucional;</p> <p>5.4. Atendimento às comunidades remotas dos 17 municípios da ADA através da Comunicação Itinerante;</p> <p>5.5. Implantação e divulgação da Ouvidoria Geral;</p> <p>5.6. Implantação e divulgação de Caixas de Comunicação nos 17 municípios da ADA;</p> <p>5.7. Manter atualizado mensalmente o acervo de imagens referente às obras e a execução dos Programas Ambientais;</p> <p>5.8. Atualizar e divulgar, mensalmente, o resumo informativo referente ao avanço das obras e a execução dos Programas Ambientais.</p>	<p>5.1. Instalação e operacionalização de 03 (três) Centros de Referência, contemplando os municípios de Salgueiro-PE (Trecho I); Brejo Santo-CE (Trecho II) e Custódia-PE (Trecho V) do PISF. Atualmente a meta é atendida por meio dos Centros em funcionamento nos Eixos Norte (Trecho I), em Salgueiro-PE e Leste (Trecho V), em Custódia-PE.</p> <p>5.2. Elaboração de briefings para a criação de metodologias e ferramentas, as quais: Spots de rádio; Vídeos institucionais; Cartazes; Banners; Folhetos; Livretos; Sites e Redes Sociais.</p> <p>5.3. Implantação e manutenção periódica do site oficial do Ministério da Integração Nacional e outras páginas eletrônicas, as quais: - www.mi.gov.br; - http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco.</p> <p>5.4. Realização de ações de Comunicação Itinerante na zona rural (CIZR) em 117 comunidades, contemplando um público de 5.175 (cinco mil, cento e setenta e cinco) pessoas. Eixo Leste: 62 Comunidades Eixo Norte: 55 Comunidades</p> <p>5.5. Implantação, operacionalização e divulgação do Serviço 0800 da Ouvidoria Geral (0800 61 0021).</p> <p>5.6. Instalação de 54 (cinquenta e quatro) Caixas de Comunicação ao longo dos 17 municípios da Área Diretamente Afetada (ADA) do PISF.</p> <p>5.7. Elaboração de roteiro fotográfico, definição de metodologia e realização de cobertura fotográfica mensal do andamento da obra nos Trechos I e II, no Eixo Norte e Trecho V, no Eixo Leste, bem como o registro fotográfico das ações socioambientais executadas no âmbito do Empreendimento.</p> <p>5.8. Elaboração e divulgação mensal de Painel Informativo da Obra, com divulgação Centros de Referência em Comunicação Social dos Eixos Norte e Leste, além da sede deste Ministério, em Brasília - DF.</p>



03 - PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GRUPO DE PROGRAMA: G2 - Programas Ambientais de Ampla Articulação no Território

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>6) INDICADORES</p>	<p>6.1. Número de visitas mensais aos Centros de Referência;</p> <p>6.2. Quantidade de peças de divulgação criadas e distribuídas.</p> <p>6.3. Criação e abastecimento de informações no site;</p> <p>6.4. Índice de atividades de realizadas e número de comunidades remotas atendidas.</p> <p>6.5. Percentual de respostas em relação ao número de questionamentos realizados;</p> <p>6.6. Número de caixas implantadas nos municípios da ADA;</p> <p>6.7. Número de matérias publicadas no site do MI.</p>	<p>6.1. Foram atendidas nos Centros de Referência em Comunicação Social do 19.647 (dezenove mil, seiscentos e quarenta e sete).</p> <p>6.2. 20.000 exemplares de folders informativos.</p> <p>6.3. Os sites do Ministério da Integração que dizem respeito ao Projeto São Francisco</p> <p>6.4. Atendimento a 163,38% das comunidades diretamente impactadas e inicialmente contempladas no Programa de Comunicação Social.</p> <p>6.5. O percentual de respostas é de 100%. Considerando os canais por meio dos quais o público direciona pedidos de informações sobre o PISF (Serviço 0800; Caixa de Comunicação; Centros de Referência em Comunicação Social; Ações Itinerantes na Zona Urbana (CIZU) e Rural (CIZR); Sites.).</p> <p>6.6. Implantação, manutenção e divulgação de 53 (cinquenta e três) Caixas de Comunicação à disposição da população, sendo 02 (duas) Caixas Itinerantes e 51 (cinquenta e duas) instaladas nos 17 municípios da Área Diretamente Afetada (ADA).</p> <p>6.7. 99 matérias publicadas nos sites do MI.</p>
<p>7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO</p>	<p>7.1. Em atendimento</p>	



04 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

GRUPO DE PROGRAMA: G2 - Programas Ambientais de Ampla Articulação no Território

O IBAMA, por meio dos Pareceres Técnicos PAR. 02019.000074/2016-48 - NLA/PE/IBAMA, de 17/08/2016, referente à Análise do Relatório Semestral de Execução 16/2014-2015 Programas do Meio Socioeconômico e PAR. 02019.000013/2017-61 - NLA/PE/IBAMA, de 16/02/2017, referente a Análise do Relatório Anual de Execução nº 17/2015-2016 Programas do Meio Socioeconômico, considerou o Programa Atendido.



05 - PROGRAMA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS DA OBRA EM QUESTÕES AMBIENTAIS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Capacitar técnicos e trabalhadores das obras, a partir de ações educativas durante o período de implantação do PISF, para que possam agir de forma ambientalmente correta e socialmente aceitável, bem como a adoção de práticas voltadas a saúde e segurança.	1.1 São realizados Treinamentos, Capacitações, Cursos e Diálogos Diários de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (DDSMS) para os técnicos e trabalhadores das obras durante o período de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco, contemplando os temas previstos nos itens 5.7.1 – Normas de Conduta, 5.7.2 – Segurança e Saúde e 5.7.3 – Meio Ambiente do Programa e itens referentes aos subprogramas do Programa de Controle da Saúde Pública.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.1. Conscientização e sensibilização ambiental dos técnicos e trabalhadores visando à prática de procedimentos ambientalmente adequados às obras; 2.2. Difusão de informações essenciais para os cuidados com a saúde e segurança dos trabalhadores; 2.3. Fomentar a boa relação com a população afetada diretamente pelas obras através da divulgação das diretrizes do código de conduta. 2.4. Esclarecimento de eventuais dúvidas levantadas nos momentos dos treinamentos.	2.1, 2.2, 2.3e 2.4 - São realizados Treinamentos, Capacitações em linguagem adequada de modo a permitir que todos os colaboradores possam adquirir o máximo de conhecimento, sendo que caso sejam geradas dúvidas por parte dos trabalhadores, as mesmas são sanadas imediatamente.
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Todo o contingente de trabalhadores envolvidos com a construção e montagem do empreendimento.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Canteiros e faixa de obras.	
5) META	5.1. Treinar 100% dos técnicos e trabalhadores diretamente envolvidos na implantação do empreendimento, de acordo com o estabelecido no cronograma físico apresentado neste programa.	5.1. Os técnicos e trabalhadores envolvidos na implantação do empreendimento foram treinados de acordo com o Programa 05. Onde estes recebem treinamento de integração quando da contratação dos mesmos e treinamentos específicos nas normas de código de conduta da empresa, segurança do trabalho, saúde ocupacional e meio ambiente. Além desses treinamentos, diariamente são aplicados DDSMS nas frentes de serviço e canteiro de obras com temas diversos.



05 - PROGRAMA DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS DA OBRA EM QUESTÕES AMBIENTAIS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
6) INDICADORES	6.1. Percentual de trabalhadores e técnicos treinados conforme os temas propostos.	6.1. Conforme consta do item 4.5.1 do Relatório Anual 18, foram treinados 100% dos técnicos e trabalhadores diretamente envolvidos na implantação do empreendimento, nos diversos temas previstos no Programa e constantes dos planos de treinamento elaborados pelas empresas construtoras.
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1. Em atendimento	



06 - PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SALVAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	<p>1.1. Conservação do patrimônio cultural arqueológico encontrado na área a ser atingida em decorrência das obras de engenharia do Projeto.</p>	<p>1.1. Durante o período de Julho de 2016 a Junho de 2017, foram resgatados 4237 vestígios arqueológicos em área a serem atingidas pela obra do PISF, que estão no laboratório da Fumdam, onde foram submetidos a procedimentos de limpeza, numeração, classificação e acondicionamento adequada para a viabilização de estudos científicos;</p>
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Identificar ocorrências e sítios arqueológicos nas áreas em que se desenvolve a obra e nas áreas que ainda não sofreram alterações por movimento de terra;</p> <p>2.2. Realizar o salvamento dos sítios arqueológicos identificados nas prospecções anteriores;</p> <p>2.3. Monitorar os trabalhos de limpeza e abertura de canais e poços, nas áreas sem alteração de solos pela obra, abertura e melhoramento dos acessos, instalação de canteiros de obra, vilas operárias e de qualquer movimento de terra no interior dos reservatórios e das jazidas;</p>	<p>2.1. Foram identificados 7 sítios e 5 ocorrências arqueológicos em áreas onde a obra se desenvolve, mas que não passaram por alterações por movimento de terra;</p> <p>2.2. Dos 17 sítios salvos no período de abrangência do relatório do PBA 06, 13 são oriundos de prospecções anteriores, garantindo assim a salvaguarda do patrimônio arqueológico antes da atuação da obra. Esses setores são: Sítios Acampamento dos Pescadores, Baixa Verde, Biguá, Boa Sorte, Bravo, Elias Martins, Granito, Guaraxaim, Lagoa Cercada, Mulatinha, Serra Branca, Serrote da Barriguda e Trapiá. Além desses, foram resgatados os Sítios Boi Branco, Esperança, Ribeirão e Sete Copas, identificados durante atividades de prospecção e monitoramento recentes;</p> <p>2.3. Houve a realização de monitoramento arqueológico em atividades de abertura de canais e acessos, escavações no interior de reservatórios e jazida além de supressão vegetal manual e mecânica em área de canais, jazidas e reservatórios. Foram contemplados os seguintes setores: Segmentos de canal – WBS 1223, 2208, 2209, 2211, 2215, 2221, 2223 e 2223 (trecho em galeria); Adutora Monteiro – WBS 2910; Reservatórios Negreiros – WBS 1109, Milagres – WBS 1110, Porcos – WBS 1113, Cana Brava – WBS 1114, Cipó – WBS 1115, Boi I – WBS 1116, Boi II – WBS 1117, Morros – WBS 1118, Boa Vista/Cuncas – WBS 1119, Braúnas – WBS 2105, Muquém – WBS 2108, Cacimba Nova – WBS</p>



06 - PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SALVAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.4. Integrar a comunidade local através da divulgação e transferência dos novos conhecimentos arqueológicos sobre a área intervinda pela obra.	<p>2109, Bagres – WBS 2110, Copiti – WBS 2111, Moxotó – WBS 2112, Barreiros – WBS 2113, Campos – WBS 2114 e Barro Branco – WBS 2115; VRP Vila Ipê – WBS 1VH; além das Jazidas Areal Urubu, Cabeça de Boi, Vieira I, Ribeirão 01 e 03, Areal Sítio Ribeirão, Braúna, Jazida 04, São Silvestre III e IV, Copiti, Malhadinha II, Umbuzeiro, Vieira A e Passagem de Pedra 01.</p> <p>2.4. Durante o período do relatório do PBA 06, foram desenvolvidas atividades de educação patrimonial com divulgação dos trabalhos de arqueologia nas VRP's Vila Bartolomeu – WBS 1VK, Cacaré – WBS 1VM, Fazenda Irapuá I e II – WBS 1VN, Fazenda Quixeramobim – WBS 1VQ, Vila Retiro – WBS 1VG, Vila Ipê – WBS 1VH, Vila Salão – WBS 2VA e Vila Lafaete – WBS 2VB.</p>
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Comunidades da área do PISF e para o pessoal envolvido nas obras civis.	3.1. Realização de entrevistas com residentes das comunidades e promoção de palestras de divulgação dos trabalhos de arqueologia na obra do Pisf.
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	<p>4.1. PE: Cabrobó, Salgueiro, Verdejante;</p> <p>4.2. CE: Penaforte e Jati;</p> <p>4.3. CE: Jati, Brejo Santo, Mauriti, Barro;</p>	<p>4.1. Realização de prospecção de superfície, acompanhamento arqueológico de supressão vegetal fase remoção de expurgo e escavação de jazida. Resgate do Sítio Biguá e da Ocorrência Mamoneira, identificada nesse período;</p> <p>4.2. Foram realizadas atividades monitoramento de supressão vegetal mecânica e de escavação de caixa de empréstimo. Resgate do Sítio Acampamento dos Pescadores e atividades de educação patrimonial nas VRP's Vila Retiro – WBS 1VG e Vila Ipê – WBS 1VH;</p> <p>4.3. Foram realizadas atividades de prospecção de superfície, monitoramento de supressão vegetal manual e mecânica além de escavação de jazida e vistoria. Identificação das Ocorrências Capim Santo, Flamboyant e Tuturubá e dos</p>



06 - PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SALVAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA</p>	<p>4.4. PB: Monte Horebe, São José de Piranhas;</p> <p>4.5. PE: Floresta, Betânia, Custódia, Sertânia;</p> <p>4.6. PB: Monteiro.</p>	<p>Sítios Esperança, Boi Branco, Sete Copas, Ribeirão e Antônio Gomes, sendo todos os setores também resgatados, exceto o último. Foram salvos também os Sítios Guaraxaim, Boa Sorte, Lagoa Cercada, Baixa Verde, Elias Martins, Mulatinha, Trapiá e as Ocorrências Bálamo e Batoque;</p> <p>4.4. Realização de atividades de prospecção de superfície e acompanhamento arqueológico de supressão vegetal mecânica. Foram desenvolvidas atividades de educação patrimonial nas VRP's Vila Bartolomeu – WBS 1VK, Cacaré – WBS 1VM, Fazenda Irapuá I e II – WBS 1VN e Fazenda Quixeramobim – WBS 1VQ;</p> <p>4.5. Realização de atividades de prospecção de superfície, acompanhamento de supressão mecânica, escavação de canal, obra civil, caixa de empréstimo e jazida, além de vistoria arqueológica. Foram realizadas atividades de educação patrimonial na VRP Vila Salão – WBS 2VA, identificação dos Sítios Matacão dos Alaistrados e Riacho Fundo e da Ocorrência Grotta Funda, esta última já resgatada. Também foram salvos os Sítios Granito, Serrote da Barriguda e Bravo além da Ocorrência Jacaré II;</p> <p>4.6. Foram realizadas atividades de acompanhamento de obra civil na Adutora Monteiro além da atuação da equipe de educação patrimonial na VRP Vila Lafaete – WBS 2VB.</p>



06 - PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SALVAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>5) METAS</p>	<p>5.1. Realizar prospecções arqueológicas nas áreas onde ocorrerão obras e atividades do Projeto de Integração de acordo com a metodologia adotada;</p> <p>5.2. Escavar os sítios arqueológicos identificados;</p> <p>5.3. Acompanhamento arqueológico das intervenções que originam alterações dos solos decorrentes da obra na área sedimentar do Quaternário;</p> <p>5.4. Levantar amostras de sedimentos arqueológicos para realizar análises físico-químicas, para a reconstituição da paleopaisagem na área da obra;</p> <p>5.5. Realizar atividades de Educação Patrimonial nos municípios envolvidos, integrando à comunidade através dos seus formadores de opinião;</p> <p>5.6. Documentação de registros gráficos, fotográficos, videográfico, de posicionamento espacial.</p>	<p>5.1. Áreas de abertura de jazidas serão prospectadas para averiguação de potencial arqueológico mediante programação da construtora enviada previamente;</p> <p>5.2. Os sítios identificados em área de VRP's e jazidas serão submetidos a intervenção em subsuperfície para resgate do patrimônio arqueológico evidenciado;</p> <p>5.3. Equipes de arqueologia continuarão acompanhando mediante o envio de programação prévia da construtora as diversas atividades de extração de material sedimentar na área do Projeto.</p> <p>5.4. Durante os procedimentos de resgate arqueológico, serão coletadas amostras de sedimento para análises físico-químicas a partir de metodologia já adotada desde os primórdios dos trabalhos. Resultados obtidos serão divulgados em relatórios e publicações científicas.</p> <p>5.5. Será dada continuidade aos trabalhos de educação patrimonial nas VRP's Vassouras – WBS 1VI e Descanso – WBS 1VJ, as quais ainda não foram visitadas.</p> <p>5.6. Serão concluídos os trabalhos de escaneamento tridimensional por varredura a laser nos sítios posicionados na área do PISf. Sítios escavados serão filmados, fotografados e será elaborada documentação planimétrica com distribuição espacial dos vestígios resgatados.</p>



06 - PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E SALVAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>6) INDICADORES</p>	<p>6.1. Percentual de áreas prospectadas;</p> <p>6.2. Quantitativo de sítios arqueológicos resgatados;</p> <p>6.3. Quantitativo das ocorrências arqueológicas acompanhadas de sondagens;</p> <p>6.4. Quantitativo de registros fotográficos;</p> <p>6.5. Quantitativo dos registros topográficos;</p> <p>6.6. Quantitativo de vestígios arqueológicos integrados no inventário;</p> <p>6.7. Quantitativo de amostras para análises laboratoriais e metrológicas;</p> <p>6.8. Preparação da cartografia arqueológica;</p> <p>6.9. Integração dos dados levantados no SIG.</p>	<p>6.1. Das estruturas de obra dos Eixos Norte e Leste, 100% já foram prospectadas pelas equipes Fumdam/Inapas e empresas que assumiram a obra anteriormente;</p> <p>6.2. Foram resgatados 177 sítios arqueológicos durante a execução do Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos;</p> <p>6.3. Foram realizadas sondagens em 9 ocorrências arqueológicas;</p> <p>6.4. Foram produzidos 3390 registros fotográficos para os sítios e ocorrências identificados pelo PBA e 38636 registros referentes aos vestígios inventariados;</p> <p>6.5. Existem 138 registros topográficos referentes aos sítios e ocorrências já resgatados.</p> <p>6.6. Existem 119128 vestígios integrados ao inventário do Projeto;</p> <p>6.7. Há 5806 amostras de sedimento e carvão destinadas a análises laboratoriais e metrológicas;</p> <p>6.8. A cartografia arqueológica do PISF está em fase de conclusão;</p> <p>6.9. Todos os dados levantados durante a atuação do Programa no PISF estão integrados ao SIG.</p>
<p>7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO</p>	<p>– Em atendimento</p>	



07 - PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO DE TERRAS E BENFEITORIAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Acompanhar o processo indenizatório, de modo a garantir o sucesso de sua implementação com o justo atendimento aos direitos do público envolvido.	1.1. O processo indenizatório foi realizado com base na legislação pertinente e observando os direitos do público envolvido, com base no Decreto de Utilidade Pública S/N, publicado em 29 de abril de 2010.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.1. Informar aos expropriados sobre os seus direitos e obrigações. 2.2. Garantir preços justos nas avaliações e indenizações, para que as famílias afetadas não sofram perdas patrimoniais e de qualidade de vida. 2.3. Contribuir para que o processo de indenizações ocorra de forma amigável, atendendo da melhor maneira possível aos justos interesses das partes envolvidas.	2.1. , 2.2 e 2.3 – Os preços das avaliações e indenizações são baseados em pesquisa de mercado e consolidados em Tabela de Referência do MI. Todas as indenizações são propostas a atender de forma adequada os interesses das partes envolvidas, informando os direitos e obrigações dos expropriados. Todos os processos foram ajuizados e quando necessário são realizadas perícias judiciais.
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Proprietários de terras e/ou benfeitorias passíveis de indenização localizados na faixa a ser desapropriada.	3.1 Proprietários de terras localizadas na faixa de domínio do PISF.
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Municípios de Pernambuco: Cabrobó, Salgueiro, Verdejante Floresta, Custódia, Sertânia. 4.2. Municípios do Ceará: Jati, Brejo Santo, Mauriti, Penaforte 4.3. Municípios da Paraíba: Monteiro, São José de Piranhas, Cajazeiras	Não se aplica



07 - PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO DE TERRAS E BENFEITORIAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
5) METAS	<p>5.1. Garantir que o processo indenizatório transcorra de forma justa e transparente, buscando sempre o entendimento entre as partes sem ferir direitos e obrigações constitucionais.</p> <p>5.2. Efetivar as indenizações de acordo com os cronogramas estabelecidos, porém garantindo que os direitos do empreendedor e expropriados sejam respeitados.</p>	<p>5.1. O processo de indenização ocorreu de forma justa e transparente, buscando sempre o entendimento entre as partes sem ferir direitos e obrigações constitucionais. Foram desapropriados 37,7 mil hectares em 3.273 propriedades nos trechos I, II e V do PISF.</p> <p>5.2. As indenizações foram realizadas buscando sempre atender os cronogramas estabelecidos.</p>
6) INDICADORES	<p>6.1. Não ocorrência de impedimentos ao longo da execução dos procedimentos indenizatórios previstos que redundem em paralisações e atrasos nos cronogramas das obras.</p>	<p>6.1. Todas as ocorrências de impedimentos nas frentes de obras foram solucionadas de forma a garantir o cronograma das obras do PISF.</p>
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	<p>7.1. Em atendimento.</p>	



08- PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>1) OBJETIVO</p>	<p>1.1. Propiciar às famílias afetadas condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual.</p>	<p>1.1 – Objetivo atendido por meio da execução do Programa de Reassentamento de Populações. O que inclui a construção e transferência das famílias para VPRS, as quais contam com casas de alvenaria, infraestrutura comunitária de posto de saúde, escola, edificação para sede associação, quadra esportiva, campo de futebol, espaços destinados a instalação de templos religiosos, comércio, além de setores produtivos. Foram realizadas capacitações com o objetivo de possibilitar a organização social e produtiva das famílias reassentadas.</p>
<p>2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p>2.1. Garantir a participação das famílias afetadas no processo de reassentamento, visando privilegiar alternativas compatíveis com suas aspirações e expectativas;</p> <p>2.2. Possibilitar a melhoria da qualidade de vida das famílias reassentadas, através da implantação de infraestrutura de saneamento básico, viária, serviços de educação e saúde;</p> <p>2.3. Prestar assistência governamental adequada e sistemática às famílias reassentadas, ampliando as oportunidades de trabalho, ocupação e geração de renda, assegurando mecanismos de assistência técnica às suas atividades produtivas;</p> <p>2.4. Promover o desenvolvimento e a organização comunitária das famílias reassentadas, através do apoio às lideranças, as formação de grupos e associações, realização de programas de treinamento e estímulo à organização de eventos sociais, possibilitando, inclusive, a transferência gradual de responsabilidades dos serviços implantados pelas instituições públicas aos reassentados;</p> <p>2.5. Estabelecer medidas/ações mitigadoras e/ou compensatórias pertinentes aos impactos decorrentes da execução do reassentamento.</p>	<p>2.1 – O Programa garantiu a participação da população afetada, suas reivindicações e expectativas em todo o processo desde a definição das famílias elegíveis ao reassentamento, nas atividades de Cadastro Fundiário, Estudo e Pesquisa Socioeconômica, nas Audiências Públicas, assim como nas reuniões realizadas durante o processo de elaboração e execução do Plano e Programa de Reassentamento.</p> <p>2.2 – Concluídas as obras dos setores residenciais e das infraestruturas de uso comum das 18 Vilas Produtivas Rurais.</p> <p>2.3 – Elaboração e execução do Plano Estratégico de Implementação do Programa de Reassentamento de Populações e demais estudos necessários</p> <p>2.4 – Implementação das ações de capacitação previstas no Plano Estratégico de Implementação do Programa de Reassentamento de Populações.</p> <p>2.5 – Após a transferência das famílias foi disponibilizada Verba de Manutenção Temporária (VMT) para as famílias reassentadas nas Vilas Produtivas Rurais o que garante renda até a capacidade de produção.</p>



08- PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Famílias proprietárias e não proprietárias residentes nas áreas afetadas pelas obras nos Trechos I e II - Eixo Norte, e Trecho V - Eixo Leste, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. CE: Mauriti, Barro, Penaforte, Jati, Brejo Santo; 4.2. PE: Cabrobó, Terra Nova, Verdejante, Salgueiro, Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia; 4.3. PB: Monte Horebe, São José de Piranhas, Cajazeiras e Monteiro.	
5) METAS	5.1. Inclusão da totalidade das famílias elegíveis no processo de reassentamento, classificadas no período da pesquisa socioeconômica do Plano de Reassentamento, na elaboração do Plano de Sustentabilidade e nas atualizações cadastrais; 5.2. Reassentamento de todas as famílias afetadas pelas obras dos canais e barragens antes do seu início; 5.3. Reassentamento de todas as famílias afetadas pela formação dos reservatórios antes do início de seu enchimento; 5.4. Realização de capacitações periódicas com os temas de qualidade de vida, convivência comunitária, associativismo e práticas ambientalmente sustentáveis, em parceria com o Programa de Educação Ambiental, distribuídas no período anterior, até no mínimo, dois anos após a transferência; 5.5. Apoiar a criação e o fortalecimento de associações de moradores em todas as Vilas Produtivas Rurais; 5.6. Transferência da gestão dos equipamentos sociais: escolas e	5.1, 5.2 e 5.3 – Reassentamento de 848 famílias afetadas pelo empreendimento em 18 Vilas Produtivas Rurais. 5.4 e 5.5. – Foram realizadas 177 capacitações das 197 previstas, totalizando 6.507 participantes, no período de 2009 à Jun/2017, além de 104 atividades intermodulares, com 1.059 participantes. 5.6 – Em Atendimento. 92,3% dos equipamentos sociais transferidos às Prefeituras Municipais. 5.7.1 – Meta em Atendimento por meio da realização de capacitações abordando temas relacionados à produção agropecuária sustentável, contendo orientações sobre o manejo correto defensivos agrícolas e destinação adequada das embalagens vazias, manejo e conservação dos solos, adubação orgânica, manejo básico dos sistemas produtivos de horticultura, avicultura e piscicultura, dentre outros;



08- PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
5) METAS	<p>postos de saúde das Vilas Produtivas Rurais para os municípios;</p> <p>5.7. Promoção de assistência técnica, treinamentos e cursos de capacitação profissional e orientação sobre o acesso às linhas de crédito para todas as famílias reassentadas nas Vilas Produtivas Rurais, no mínimo, nos dois primeiros anos após a transferência.</p>	<p>5.7.1 – Elaboração do Plano Estratégico de Implementação do Programa de Reassentamento de Populações e elaboração dos Planos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER que se encontra discussão com os Estados sobre para sua implementação.</p>
6) INDICADORES	<p>6.1. Percentual de queixas e reclamações relacionadas ao processo de reassentamento;</p> <p>6.2. Grau de satisfação das famílias com o processo de transferência;</p> <p>6.3. Índice de Qualidade de vida da família reassentada (nível de renda, acesso à educação e serviços de saúde, saneamento, organização comunitária);</p> <p>6.4. Permanência dos reassentados em seus locais de reassentamento ao final dos dois primeiros anos consecutivos depois de concluído o reassentamento;</p> <p>6.5. Produtividade agropecuária (área cultivada, nível tecnológico, renda, entre outros) mantida pelos reassentados em relação ao padrão produtivo estabelecido no Plano do Reassentamento ao final dos dois primeiros anos consecutivos depois de concluído o reassentamento;</p>	<p>6.1 – No período de 2010 a 2017, uma média de 24% de queixas e reclamações em relação ao número de beneficiários reassentados nas Vilas Produtivas Rurais Baixio dos Grandes, Captação, Uri, Negreiros, Pilões, Queimada Grande, Malícia, Retiro, Irapuá I, Bartolomeu e Salão. Não houve reclamações e queixas registradas nas demais VPRs.</p> <p>6.2 – Indicador Atendido - Conforme item 4.8.1 do Relatório anual 18 – <u>Monitoramento e Avaliação - Grau de satisfação das famílias com o processo de transferência.</u></p> <p>6.3 – Indicador em Atendimento – Conforme item 4.8.1 do Relatório anual 18 – <u>Monitoramento e Avaliação - Índice de Qualidade de Vida da Família Reassentada.</u></p> <p>6.4 - Indicador em Atendimento. Percentual de permanência das famílias nas VPRs de 95% a 100%, conforme item 4.8.1 do Relatório anual 18 – <u>Verificação da Permanência das Famílias Reassentadas.</u></p> <p>6.5 – Indicador em Atendimento, na media geral 36% das famílias possuem algum tipo produção agropecuária, das quais 11% são atividades nos lotes de sequeiro e 61% nos quintais residenciais.</p> <p>6.6 – Indicador Atendido. Foram criadas 18 associações</p>



08- PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE POPULAÇÕES

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
6) INDICADORES	<p>6.6. Número de associações criadas nas Vilas Produtivas Rurais e percentual de reassentados associados;</p> <p>6.7. Número de capacitações realizadas e percentual de participantes;</p> <p>6.8. Número de transferência de gestão para os governos municipais dos equipamentos sociais implantados.</p>	<p>comunitárias,</p> <p>6.7 – Indicador em Atendimento. Foram realizadas até jun/2017, 177 capacitações de 197 previstas, com percentual de participação variando entre 50% a 100% dos reassentados.</p> <p>6.8 – Indicador em Atendimento. Foram previstas e implantados em 13 VPRs equipamentos de educação e saúde, dessas, houve o rapasse em 12 VPRs desses equipamentos às Prefeituras Municipais restando apenas a VPR Malícia.</p>
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1. Em atendimento	



09 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	<p>1.1. Proceder à recuperação das áreas degradadas em decorrência das obras de implantação dos canais, dos trechos naturais dos rios, e a recomposição da paisagem original tanto quanto possível.</p>	<p>1.1. Em atendimento. Descrição na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p>
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Proceder a estudo prospectivo quanto à projeção de incidência de áreas degradadas segundo o fator de susceptibilidade ambiental;</p> <p>2.2. Caracterizar as áreas degradadas em decorrência do Projeto;</p> <p>2.3. Proceder à recuperação das áreas cadastradas no âmbito do Programa, utilizando-se prioritariamente espécies nativas do bioma Caatinga;</p> <p>2.4. Contribuir para a redução da carga sólida carreada pelas chuvas para os cursos d'água e melhoria da qualidade das águas superficiais;</p> <p>2.5. Implantar e otimizar técnicas de recuperação de áreas degradadas;</p> <p>2.6. Recuperar margens de rios e córregos afetados pelas obras;</p> <p>2.7. Proceder à avaliação da eficácia de métodos e procedimentos de recuperação e/ou restauração ambiental aplicados;</p> <p>2.8. Definir e adotar procedimentos específicos de recuperação de áreas contaminadas por produtos tóxicos ou resíduos perigosos;</p> <p>2.9. Monitorar e acompanhar os processos de recuperação das áreas no prazo de 03 anos após a implantação do PRAD, podendo ser prorrogado por igual período. (IN IBAMA nº 4, DE 13 DE ABRIL DE 2011).</p>	<p>2.1. Em atendimento. Estudo apresentado na Nota Técnica n. 007/2016 - FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p> <p>2.2. Em atendimento. Estudo apresentado na Nota Técnica n. 007/2016 - FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p> <p>2.3. Em atendimento. Descrição na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p> <p>2.4. Em atendimento. Descrição na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p> <p>2.5. Em atendimento. Descrição das técnicas de recuperação nas Notas Técnicas n. 026/2014 - FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF e n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p> <p>2.6. Em atendimento. Descrição na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p> <p>2.7. Em atendimento. As avaliações ocorrerão a cada quatro meses, de acordo com o cronograma apresentado na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p> <p>2.8. Responsabilidade da CMT Engenharia.</p> <p>2.9. Em atendimento. Será apresentado no Relatório 18 (Julho/2017) o primeiro monitoramento pós implantação da FASE 1. As avaliações ocorrerão a cada quatro meses, de acordo com o cronograma apresentado na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF.</p>



09 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. O empreendedor, as Prefeituras Municipais, Governos Estaduais, Instituições de Pesquisas, as populações locais e proprietários de terras.	3.1. Em atendimento. Parcerias firmadas com viveiros municipais para produção de mudas; Parcerias firmadas com instituições de pesquisa; Arborização das Vilas Produtivas Rurais (VPRs) do PISF.
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Áreas de jazidas, bota foras, e margens dos canais. 4.2. CE: Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Penaforte; 4.3. PE: Betânia, Cabrobó, Custódia, Floresta, Salgueiro, Sertânia, Terra Nova e Verdejante; 4.4. PB: Monteiro, Cajazeiras, Monte Horebe, São José de Piranhas."	4.1. Em atendimento. Áreas contempladas nas Notas Técnicas n. 026/2014 - FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF e n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF e Relatório 18 (Julho/2017).
5) METAS	5.1. Elaboração dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas de acordo com o termo de Referência anexo da Instrução Normativa IBAMA Nº 004/2011, dos Trechos I, II e V; 5.2. Mapeamento, em base cartográfica compatível, de 100% das áreas degradadas com atualização das intervenções de recuperações a cada 06 (seis) meses após o início das obras; 5.3. Recuperação de 100% das áreas degradadas pelas obras que não abrigarem estruturas definitivas; 5.4. Utilização do germoplasma resgatado na recuperação das áreas degradadas.	5.1. Em atendimento. Critérios para priorização das áreas do PRAD na Nota Técnica n. 007/2016 - FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF. PRAD Fase 1 apresentado na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF. 5.2. Em atendimento. Critérios para priorização das áreas do PRAD na Nota Técnica n. 007/2016 - FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF. Mapeamento das áreas degradadas com atualização das intervenções de recuperação da PRAD Fase 1 apresentado na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF e no Relatório 18 (Julho/2017). 5.3. Em atendimento. Execução do PRAD Fase 1 ocorreu entre dezembro de 2016 e março de 2017. Dados apresentados no Relatório 18 (Julho/2017). 5.4. Em atendimento. Todo material vegetal (sementes e mudas) utilizado nos experimentos e na execução do PRAD Fase 1 foi proveniente do Programa de Resgate de Germoplasma do PISF (PBA 23), conforme relatado na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF e no Relatório 18 (Julho/2017).



09 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>6) INDICADORES</p>	<p>6.1. Percentual de área recuperada;</p> <p>6.2. Percentual de estabelecimento das mudas plantadas;</p> <p>6.3. Estabilização dos sistemas hidrodinâmicos.</p>	<p>6.1. Em atendimento. O percentual de área recuperada (executada) por cada técnica de recuperação está apresentado no Relatório 18 (Julho/2017). No geral, foram executadas no PRAD Fase 1: 94,5% das áreas previstas no eixo Norte e 80,2% das áreas previstas no eixo Leste.</p> <p>6.2. Em atendimento. Será apresentado no Relatório 18 (Julho/2017) o primeiro monitoramento pós implantação (pré-avaliação) da FASE 1. O monitoramento que contemplará o percentual de mudas estabelecidas ocorrerá a cada quatro meses, de acordo com o cronograma apresentado na Nota Técnica n. 018/2016 - NEMA/FLORA/PCFF-PISF/UNIVASF. O primeiro monitoramento será em julho/2017.</p>
<p>7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO</p>	<p>Avaliar a situação para uma das listadas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendido; - Em atendimento; - Encerrado; ou - Solicitado encerramento. 	



10 – PROGRAMA DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DAS ÁREAS DE OBRA E LIMPEZA DOS RESERVATÓRIOS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Mitigar os impactos diretos e indiretos da atividade de supressão sobre, a flora local.	1.1 A redução dos impactos ambientais gerados pela atividade são minimizados com a adoção das normas e procedimentos definidos nos Planos de Supressão Vegetal e no Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios. Dentre essas normas destacamos o resgate prévio da flora (coleta de germoplasma), e durante a atividade de supressão, é realizado o acompanhamento das frentes de serviço para afugentamento e resgate dos elementos faunísticos.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.1. Impedir o acúmulo de material orgânico, através da retirada da vegetação das áreas inundáveis, remoção de benfeitorias e desinfecção de fontes de contaminação; 2.2. Evitar o processo de eutrofização das águas nos reservatórios; 2.3. Eliminar possíveis focos de contaminação por organismos patogênicos nos recursos hídricos superficiais e nos aquíferos antes do início do enchimento dos reservatórios; 2.4. Aproveitar os resíduos orgânicos na implantação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.	2.1, 2.2, 2.3 As atividades de remoção da vegetação, incluem a retirada do expurgo e solo orgânico, além das benfeitorias e desinfecção de fontes de contaminação dos reservatórios, sendo estas desenvolvidas previamente ao enchimento. Eixo Leste: Foi finalizada a limpeza dos reservatórios e desinfecção de fontes contaminantes. Eixo Note: Está em fase final de execução da supressão vegetal no interior de reservatórios e da remoção de benfeitoria e desinfecção de fontes contaminantes. 2.4. O Material orgânico oriundo das supressões vegetais no Eixo Leste que se encontra armazenado no entorno das áreas antropizadas dos reservatórios e no limite da faixa de domínio, está sendo utilizado pela UNIVASF durante as atividades de recuperação das áreas degradadas.
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. O público-alvo do Programa é composto pelo Empreendedor, pelas Empreiteiras e pelas populações dos municípios localizados na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, tendo em vista a contribuição deste Programa para a preservação das boas condições das águas dos reservatórios que serão formados no Projeto de Integração do Rio São Francisco.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Toda a extensão do empreendimento	



10 – PROGRAMA DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DAS ÁREAS DE OBRA E LIMPEZA DOS RESERVATÓRIOS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
5) METAS	<p>5.1. Retirar todo material vegetal na bacia hidráulica dos reservatórios;</p> <p>5.2. Restringir a supressão vegetal ao estritamente necessário;</p> <p>5.3. Retirar e desinfetar todas das fontes contaminantes das áreas inundáveis.</p> <p>5.4. Utilizar todo material orgânico oriundo das atividades de supressão e limpeza nas ações de recuperações de áreas degradadas.</p>	<p>5.1. . 100% do material vegetal oriundo das supressões vegetais das bacias hidráulicas dos reservatórios é retirado. Eixo Leste: 100% do material a ser removido Eixo Norte: 95,78% do material removido.</p> <p>5.2. As atividades de supressão do PISF foram restritas ao previsto nas ASV's e sempre que possível a uma área menor do que a área autorizada, conforme pode ser observado nos relatórios semestrais e anuais de atividades.</p> <p>5.3. Todas as fontes contaminantes nas áreas de inundação dos reservatórios foram retiradas e desinfetadas, conforme diretriz específica.</p> <p>5.4. O Material orgânico oriundo das supressões vegetais é armazenado no entorno das áreas antropizadas dos reservatórios e no limite da faixa de domínio ao longo dos segmentos de canal, sendo utilizado pela UNIVASF durante as atividades de recuperação das áreas degradadas.</p>
6) INDICADORES	<p>6.1. Percentual de área não suprimida em relação à área total autorizada;</p> <p>6.2. Inexistência de registro de material vegetal flutuante nos reservatórios;</p> <p>6.3. Inexistência de macrófitas no espelho d'água dos reservatórios;</p> <p>6.4. Volume de solo orgânico armazenado para utilização na recuperação de áreas.</p>	<p>6.1. O percentual da área autorizada ainda não suprimida é: Leste: 33,85 Norte: 67,37</p> <p>6.2. O material flutuante encontrado foi retirado.</p> <p>6.3. Eixo Norte: Nos reservatórios Tucutu e Terra Nova no e Areias. Eixo Leste: Inexistente.</p> <p>6.4. 5.835.299,60 m³ de material orgânico oriundo das bacias hidráulicas dos reservatórios armazenados aproximadamente.</p>
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1. Em atendimento	



11 – PROGRAMA DE APOIO TÉCNICO ÀS PREFEITURAS PARA ELABORAÇÃO DE SEUS PLANOS DIRETORES

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Solicitado Encerramento. O IBAMA, por meio dos Pareceres Técnicos PAR. 02019.000074/2016-48 - NLA/PE/IBAMA, de 17/08/2016, referente à Análise do Relatório Semestral de Execução 16/2014-2015 (Programas do Meio Socioeconômico) e PAR. 02019.000013/2017-61 - NLA/PE/IBAMA, de 16/02/2017, referente à Análise do Relatório Anual de Execução nº 17/2015-2016 Programas do Meio Socioeconômico, considerou o Programa Atendido. O Ministério da Integração solicita o encerramento do Programa.</p>		



12 – PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>1) OBJETIVO</p>	<p>1.1. Promover o desenvolvimento de ações relacionadas à implantação de infraestruturas, regularização fundiária e capacitações em organização social e gestão produtiva, que proporcionem aos povos indígenas Truká, Kambiwá, Pipipã e Tumbalalá, melhores condições de vida, autonomia socioeconômica e ambiental.</p>	
<p>2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p>2.1. Viabilizar a implantação de sistemas de radiofonia para os povos indígenas Pipipã e Kambiwá;</p> <p>2.2. Fornecer materiais, equipamentos e veículos para as quatro etnias indígenas;</p> <p>2.3. Implantar e acompanhar a construção de infraestruturas habitacionais, postos de saúde, centro de capacitação e treinamento cultural, viveiros de plantas e casas de farinha, para as quatro etnias indígenas;</p> <p>2.4. Realização de estudos para implantação de projetos de irrigação para as quatro etnias indígenas;</p> <p>2.5. Implantar, adequar e ampliar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para as quatro etnias indígenas;</p> <p>2.6. Implantar e acompanhar a instalação de poços para abastecimento de água do povo indígena Kambiwá;</p> <p>2.7. Promover a elaboração e implantação de projetos de piscicultura considerando sua viabilidade técnica para o povo indígena Truká;</p> <p>2.8. Articular junto às concessionárias de energia elétrica a implantação, ampliação e recuperação de redes de energia elétrica nas terras indígenas Tumbalalá e Kambiwá;</p> <p>2.9. Viabilizar a recuperação e construção de vias de acesso terrestres que favoreçam o acesso as terras indígenas Truká e Tumbalalá;</p> <p>2.10. Viabilizar a implementação de um cais fluvial na Terra Indígena</p>	<p>Foi encaminhada à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Nota Técnica nº NT 137/2016/CGPA/DPE/SIH/MI, apresentação do estágio de execução de todas as ações propostas no Programa Básico Ambiental – item 12 do PISF e Programas relacionados.</p>



12 – PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p>Truká;</p> <p>2.11. Apoiar a regularização fundiária das Terras Indígenas Pipipã e Tumbalalá;</p> <p>2.12. Viabilizar a implementação de programas governamentais junto às quatro etnias indígenas;</p> <p>2.13. Realizar Ação Diagnóstica junto às quatro etnias indígenas em parceria com o Programa de Educação Ambiental (item 04 do PBA);</p> <p>2.14. Realizar oficinas temáticas que proporcionem a organização socioambiental e a formação de câmara técnica de análise e elaboração de projetos;</p> <p>2.15. Realizar oficinas temáticas que promovam a formação de agentes socioambientais;</p> <p>2.16. Realizar oficinas temáticas que proporcionem o desenvolvimento de projetos produtivos e ambientais;</p> <p>2.17. Promover a realização de evento sócio-produtivo para a culminância das ações de formação.</p>	<p>Foi encaminhada à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Nota Técnica nº NT 137/2016/CGPA/DPE/SIH/MI, apresentação do estágio de execução de todas as ações propostas no Programa Básico Ambiental – item 12 do PISF e Programas relacionados.</p>
<p>3) PÚBLICO-ALVO</p>	<p>3.1. Grupos indígenas inseridos na Área de Influência Direta do Projeto população aproximada de 9.600 índios, segundo levantamento FUNASA / 2004.</p>	
<p>4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA</p>	<p>4.1. Municípios: Cabrobó (PE), Abaré (BA), Floresta/Inajá (PE);</p> <p>4.2. População Terra indígena Truká: 3.462; População Terra indígena Kambiwá 2.574;</p> <p>4.3. População Terra indígena Pipipã:1.033; População Terra Indígena Tumbalalá: 2.500).</p>	



12 – PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>5) METAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articular e acompanhar a construção de 01 Posto de saúde na Ilha Assunção para o povo indígena Truká; - Articular e acompanhar a construção de 01 Posto de saúde na aldeia Caraíba para o povo indígena Pipipã; - Articular e acompanhar a reforma e melhorias dos Postos de saúde nas aldeias Faveleiro e Travessão do Ouro para o povo indígena Pipipã; - Articular e acompanhar a construção de 02 postos de saúde nas aldeias Perequito, Pereiro, Santa Rosa e Barracão da Retomada para o povo indígena Kambiwá. - Articular a construção de um posto de saúde para o povo indígena Tumbalalá. - Articular e acompanhar a reforma e melhorias do Posto de saúde na aldeia Baixa da Alexandra para o povo indígena Kambiwá; - Articular e acompanhar a construção de casas 125 de alvenaria para substituir as de taipas na terra indígena Truká. - Articular e acompanhar a construção de 40 casas de alvenaria em substituição as de taipa na terra indígena Tumbalalá; - Articular e acompanhar a construção de 41 casas de alvenaria em substituição as de taipa na terra indígena Pipipã; - Articular e acompanhar a construção de 52 unidades de banheiros em casas já existente na terra indígena Truká; - Articular e acompanhar a construção de 230 unidades de banheiros, em casas já existentes na terra indígena Tumbalalá; - Articular e acompanhar a construção de 54 unidades de banheiros; - Articular e acompanhar a construção de 122 banheiros em casas já existentes na terra indígena Kambiwá; - Articular e acompanhar a construção de 01 centro de capacitação e treinamento equipado com som, vídeo, parabólica, data show, DVD, cozinha industrial e Inclusão digital e acesso a internet e acervo bibliográfico em cada uma das terras indígenas Truká, Tumbalalá, Kambiwá e Pipipã; - Articular e acompanhar a construção da infraestrutura física de casa de farinha e aquisição de equipamentos e prensa na Aldeia Baixa da Alexandra para o povo indígena Pipipã; - Articular e acompanhar a implementação de Viveiros de Mudanças para os povos indígenas Truká, Tumbalalá, Kambiwá e Pipipã; 	



12 – PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<ul style="list-style-type: none"> - Articular e acompanhar estudo para a elaboração e implantação de projeto de irrigação e de sistemas de drenagem de solos nas terras indígenas Truká, Tumbalalá, Pipipã e Kambiwá; - Articular e acompanhar a sistematização e recuperação dos solos da área irrigada da terra indígena Truká; - Articular e acompanhar a realização de estudos dos impactos causados pelos drenos do projeto Pedra Branca na terra indígena Tumbalalá; - Articular e acompanhar a execução de programa de treinamento para agricultores Truká e Tumbalalá no que se refere à operacionalização de sistemas de irrigação; - Articular e acompanhar estudo para implantação de Projeto sustentável de fruticultura e apicultura para os povos indígenas Pipipã e Kambiwá; - Articular e acompanhar a implantação de Sistema de Tratamento e Abastecimento de Água na aldeia Lama e CRC da terra indígena Truká; - Articular e acompanhar a ampliação dos sistemas de abastecimento de água implantados das aldeias da terra indígena Truká; - Articular e acompanhar a Implantação de Sistema de Tratamento e Abastecimento de Água nas aldeias Tumbalalás: Nossa Senhora do Pambu, Missão Velha, Porto da Vila (Pambu “C), bem como a ampliação do tratamento de água em Pambu “A”; - Articular e acompanhar a implantação dos sistemas de tratamento e abastecimento de água nas aldeias Pipipã: Caraíbas, Travessão do Ouro, Capoeira do Barro, Jiquirí e Faveleira; - Articular e acompanhar a elaboração e implantação de projeto para otimização do tratamento e abastecimento de água de todas as aldeias Kambiwá; - Articular e acompanhar a elaboração e implantação de projeto de esgotamento sanitário na aldeia Tumbalalá Nossa senhora do Pambu; - Articular e acompanhar a elaboração de estudos hidrogeológicos para definição locais propícios a instalação de poços tubulares profundos na terra indígena Kambiwá; - Articular a perfuração e instalação de 04 poços tubulares profundos nas aldeias Kambiwá Barracão da Retomada, Baixa do Nazário, Serra do Periquito e Serra da Goela; - Articular e acompanhar a elaboração de estudo da viabilidade 	



12 – PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>técnica de projeto de piscicultura intensiva de espécies nativas para o povo indígena Truká;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articular e acompanhar a implantação do projeto de piscicultura na terra indígena Truká, incluindo treinamento sobre o desenvolvimento da atividade, caso seja verificada viabilidade técnica; - Articular e acompanhar os procedimentos necessários para o beneficiamento e a comercialização da produção do projeto de piscicultura Truká, caso seja verificada viabilidade técnica; - Articular e acompanhar a recuperação e adequação da rede elétrica das Aldeias Tumbalalá: Salgado, São Miguel, Foice, Riachinho, Bom Passar e Maria Preta; - Articular e acompanhar a recuperação e ampliação da rede elétrica na Baixa da Alexandra, a implantação da rede elétrica na Serra da Goela e conclusão da rede elétrica na Serra do Periquito, localidades essas pertencentes ao território indígena Kambiwá; - Articular e acompanhar a recuperação da via de acesso principal e pavimentação das estradas vicinais alimentadoras da Ilha da Assunção no Território Indígena Truká; - Articular e acompanhar a construção da via de acesso ao Centro de Tecnologia de Rizicultura de Cabrobó/PE, Localizada às margens da BR 428, de modo a favorecer o atendimento do Povo Indígena Truká; - Articular e acompanhar a construção de uma estrada interligando a terra indígena Tumbalalá a BR 166.** - Articular e acompanhar a construção do cais e reurbanização da orla da Beira Rio em Cabrobó –PE, de modo a favorecer o atendimento do Povo Indígena Truká.* - Repasse de recursos para o INCRA para a delimitação, demarcação e regularização das Terras Indígenas Pipipã e Tumbalalá; - Acompanhamento dos procedimentos de delimitação, demarcação e regularização das Terras Indígenas Pipipã e Tumbalalá; - Articular a implementação de programa de sementes crioulas com criação de bancos de sementes para a os povos indígenas Truká e Tumbalalá; - Articular a implementação de programa de conservação de manchas da caatinga e introdução de fauna nos territórios indígenas Truká e Tumbalalá; - Articular a implementação de programa de Assistência Técnica e 	



12 – PROGRAMA DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>extensão Rural - ATER para os povos indígenas Tumbalalá, Truká, Kambiwá e Pipipã;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar para cada uma das etnias contempladas: 02 oficinas de associativismo e cooperativismo; 01 oficina de elaboração e Gestão de Projetos Sócio-produtivos e formar 01 câmara técnica para elaboração e análise de projetos; - Para cada uma das etnias contempladas: realizar 06 oficinas de educomunicação, formar 01 coletivo socioambiental e elaborar 01 campanha educativa utilizando ferramenta de comunicação; - Realizar 04 oficinas de agricultura orgânica e agrofloresta; - Realizar 08 oficinas de Reflorestamento, implantação e gestão de viveiros; - Realizar 02 oficinas de Beneficiamento de frutas nativas; - Realizar 04 oficinas de Artesanato; - Realizar 02 oficinas de Apicultura; - Realizar 02 oficinas de Criação de animais de pequeno e médio porte; - Realizar 08 oficinas de comercialização e divulgação de produtos; - Dar início a elaboração de 15 projetos produtivos e ambientais das etnias beneficiárias (Agricultura Orgânica, Reflorestamento, Artesanato, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Viveiro de Mudas). <p>Realizar um Seminário de culminância das ações deste subprograma.</p>	
<p>7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO</p>	<p>7.1. Em atendimento</p>	



13 – PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Solicitado Encerramento. O Ministério da Integração solicitou o encerramento desse Programa por meio da Nota Técnica nº 95/2011/DPE, reiterando tal solicitação por meio da Nota Técnica nº 64/2015/CGPA/DPE/SIH/MI, protocolada por meio do Ofício nº 120/2015/CGPA/DPE/SIH/MI, datado de 30/07/2016. Tal pedido também foi reiterado no 16º Relatório Semestral e no 17º Relatório Anual de Execução do PBA do PISF. O Ministério da Integração solicita o encerramento do Programa.</p>		



14 – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO E DAS ÁGUAS DOS RESERVATÓRIOS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item

Descrição

Demonstração de Atendimento

Os PACUERAs revisados das sub-bacias hidrográficas que contemplam os reservatórios artificiais do PISF (Eixos Norte e Leste) foram elaborados e encaminhados ao IBAMA no 17º Relatório de Execução dos Programas Ambientais do PBA do PISF. O MI aguarda a construção de uma agenda para as consultas públicas referentes aos PACUERAS elaborados para o Eixo Norte do PISF. O Ministério solicitou o encerramento do Programa no RS que foi reiterado por meio da Nota Técnica nº 64/2015/CGPA/DPE/SIH/MI, protocolada por meio do Ofício nº 120/2015/CGPA/DPE/SIH/MI, datado de 30/07/2016. O Ministério da Integração aguarda manifestação do Ibama.



15 – PROGRAMA DE APOIO TÉCNICO PARA A IMPLANTAÇÃO INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO LONGO DOS CANAIS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Consiste em implantar sistemas de abastecimento de água, visando à melhoria da qualidade de vida das populações, em comunidades situadas na Área Diretamente Afetada do PISF, além de reduzir os riscos associados a eventuais tentativas de uso clandestino das águas dos canais e reservatórios.	Em Atendimento. 1.1. Elaboração dos Estudos e Projetos Básicos e Executivos. 1.2. Celebração de convênios ou parcerias para implantação dos sistemas de abastecimento de água. 1.3. Realização de Licitações e Contratações dos projetos básicos de sistemas de abastecimentos de água.
2) PÚBLICO-ALVO	2.1. O Programa apresentado beneficiará 255 comunidades, localizadas nas cercanias dos canais e reservatórios da primeira etapa do empreendimento.	Serão beneficiadas 294 (duzentas e noventa e quatro) comunidades rurais.
3) METAS	3.1. Implantação dos sistemas de abastecimento de água beneficiando cerca de 9.550 famílias, aproximadamente 45 mil pessoas situadas em pequenas comunidades na Área Diretamente Afetada do PISF.	3.1. Elaboração dos Estudos e Projetos Básicos e Executivos. 3.2. Celebrado TC para implantação dos sistemas de abastecimento de água entre o MI e governos estaduais de Pernambuco (COMPESA e SARA), Ceará, Paraíba e a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI). 3.3. Realização de Licitações e Contratações dos projetos básicos de sistemas de abastecimentos de água. 3.4. Repasse de R\$ 20.000.000,00, recursos necessários à Implantação dos Sistemas de Abastecimento. 3.5. Realização de Licitação dos sistemas de abastecimento de água pelos governos estaduais de Pernambuco, Ceará, Paraíba e a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI) para a implantação, operação e



15 – PROGRAMA DE APOIO TÉCNICO PARA A IMPLANTAÇÃO INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO LONGO DOS CANAIS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>manutenção dos sistemas de abastecimento água de 294 (duzentas e noventa e quatro) comunidades rurais.</p> <p>3.6. Acompanhamento das obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água em execução pelo Estado da Paraíba e Ceará.</p>
4) INDICADORES	4.1. Percentual das comunidades beneficiadas com os sistemas de abastecimento de água implantados.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborados Estudos e Projetos Básicos e Executivos; - Repasse de Recursos aos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba - Início da Licitação para contratação da implantação.
5) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	5.1. Em atendimento	



16 – PROGRAMA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO TÉCNICO PARA PEQUENAS ATIVIDADES DE IRRIGAÇÃO AO LONGO DOS CANAIS PARA AS COMUNIDADES AGRÍCOLAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Promover a reinserção socioeconômica famílias afetadas pelo empreendimento por meio da implantação de sistemas de irrigação com vistas à diversificação e a elevação da produção agropecuária.	1.1 Elaboração dos anteprojetos, edital e demais documentos para contratação dos serviços de elaboração de projeto executivo e implantação das obras civis, fornecimentos, montagens, testes e comissionamento dos sistemas de irrigação para permitir a reinserção socioeconômica das famílias afetadas pelo empreendimento.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Ampliar a capacidade de produção agropecuária nas áreas dos 10 (dez) projetos de assentamento do INCRA afetados pelo empreendimento, a partir da implantação dos sistemas de irrigação e da oferta da água;</p> <p>2.2. Ampliar a capacidade de produção agropecuária nas áreas das 04 (quatro) Etnias Indígenas contempladas pelo empreendimento, a partir da implantação dos sistemas de irrigação e da oferta da água; (*)</p> <p>2.3. Implantar os sistemas de irrigação nas 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais e assegurar a oferta de água;</p> <p>2.4. Realizar ações de monitoramento e assistência técnica para atividades de irrigação por um período de 05 (cinco) anos, para as Vilas Produtivas Rurais;</p> <p>2.5. Realizar o monitoramento das ações de assistência técnica desenvolvidas pelo INCRA e pela FUNAI, para atividades de produção irrigadas, respectivamente nos 10 (dez) Projetos de Assentamento e nos 4(quatro) projetos a serem implantados nas áreas dos nos territórios indígenas beneficiados; (*)</p> <p>2.6. Adotar processos de Boas Práticas Agrícolas nas propriedades, com o propósito de orientar os sistemas de produção para uma agricultura sustentável e ecologicamente segura, pautado no uso racional da água, do solo, de adubos orgânicos e fertilizantes</p>	<p>2.1, 2.2 e 2.3 Conclusão da elaboração dos anteprojetos, edital e demais documentos para contratação dos serviços de elaboração de projeto executivo e implantação das obras civis, fornecimentos, montagens, testes e comissionamento dos sistemas de irrigação para as 13 (treze) Vilas Produtivas Rurais, 13 (dez) Projetos de Assentamento e uma etnia indígena. (*)</p> <p>2.2 e 2.3 Elaboração de Estudos de Alternativa de sistemas de irrigação para 5 (cinco) Vilas Produtivas e 1 (uma) Etnia Indígena (*)</p> <p>2.4 Planos de Assistência Técnica e Extensão Rural encaminhados aos Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Destaca-se que os Planos serão implantados pelas instituições estaduais responsáveis pela ATER.</p> <p>2.5 A ação será realizada após a implantação dos projetos de irrigação.</p>



16 – PROGRAMA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO TÉCNICO PARA PEQUENAS ATIVIDADES DE IRRIGAÇÃO AO LONGO DOS CANAIS PARA AS COMUNIDADES AGRÍCOLAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>naturais, de produtos fitossanitários, na higiene e saúde dos trabalhadores, nos equipamentos utilizados no cultivo e na colheita, no manejo pós-colheita, nas embalagens, na expedição e no transporte dos produtos agrícolas.</p>	
<p>3) PÚBLICO-ALVO</p>	<p>3.1. Compreenderá as famílias reassentadas nas 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais, às assentadas nos 10 (dez) Projetos de Assentamento do INCRA e às 04 Etnias Indígenas, afetadas pelo empreendimento.</p>	
<p>4) METAS</p>	<p>4.1. Realização de estudos técnicos e elaboração de projeto executivo dos sistemas de irrigação para as 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais, para as 04 (quatro);</p> <p>4.2. Implantação dos sistemas de irrigação nas 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais, conforme especificações do projeto executivo, no período compreendido entre a transferência das famílias e a operação do canal;</p> <p>4.3. Implantação dos projetos de irrigação nos 10 (dez) Projetos de Assentamento do INCRA, conforme especificações do projeto executivo, no período compreendido entre o início das obras e a operação do canal;</p> <p>4.4. Implantação dos projetos de irrigação nas 04 (quatro) Etnias Indígenas, conforme especificações do projeto executivo, no período compreendido entre o início das obras e a operação do canal;</p> <p>4.5. Realização de ações de monitoramento e assistência técnica, dos projetos de irrigação nas Vilas Produtivas Rurais, por um período de 05 (cinco) anos;</p>	<p>4.1, 4.2, 4.3, 4.4 Conclusão da elaboração dos anteprojetos, edital e demais documentos para contratação dos serviços de elaboração de projeto executivo e implantação das obras civis, fornecimentos, montagens, testes e comissionamento dos sistemas de irrigação para as 13 (treze) Vilas Produtivas Rurais, 10 (dez) Projetos de Assentamento e uma etnia indígena.</p> <p>4.2 e 4.4 Elaboração de Estudos de Alternativa de sistemas de irrigação para 5 (cinco) Vilas Produtivas e 1 (uma) Etnia Indígena (*)</p> <p>4.5, 4.6, 4.7 As ações serão realizadas, após a implantação dos projetos de irrigação.</p> <p>4.7 A operação e manutenção será realizada após a conclusão da implantação dos sistemas.</p> <p>4.8 A transferência de gestão dos projetos de irrigação será realizada de acordo com o prazo recomendado.</p>



16 – PROGRAMA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E APOIO TÉCNICO PARA PEQUENAS ATIVIDADES DE IRRIGAÇÃO AO LONGO DOS CANAIS PARA AS COMUNIDADES AGRÍCOLAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>4.6. Realização de ações de monitoramento nas atividades de assistência técnica desenvolvidas pelo INCRA nos 10 (dez) Projetos de Assentamento e pela FUNAI nos 04 (quatro) projetos implantados áreas das Etnias Indígenas, por um período de 05 (cinco) anos;</p> <p>4.7. Realização de atividades de operação e manutenção dos sistemas de irrigação a serem implantados nas 18 (dezoito) Vilas Produtivas Rurais, por um período de 02 (dois) anos;</p> <p>4.8. Transferência de gestão dos projetos de irrigação implantados nas 17 (dezesete) Vilas Produtivas Rurais, após 02 (dois) anos do início da operação do sistema de irrigação.</p>	
5) INDICADORES	<p>5.1. Percentual de projetos elaborados;</p> <p>5.2. Percentual de sistemas implantados;</p> <p>5.3. Número de comunidades atendidas com ações de assistência técnica;</p> <p>5.4. Número de Termos de Transferência de Gestão assinados.</p>	<p>5.1 100% dos anteprojetos elaborados;</p> <p>5.2, 5.3 100% dos editais para contratação da implantação dos projetos de irrigação;</p> <p>5.4 os termos de transferência de gestão serão assinados de acordo com o prazo previsto no programa.</p>
6) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	<p>6.1. Em atendimento</p>	

(*) Os sistemas de irrigação somente serão implantados nos territórios indígenas regularizados



17 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Acompanhar o processo de territorialização, promover melhoria na qualidade de vida e apoiar o desenvolvimento dos processos produtivos das comunidades.	1.1 Promoção de ações relacionadas a implantação de infraestruturas e realização de capacitações em organização social e gestão produtiva, bem como estabelecimento de parcerias com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Acompanhar o processo de reconhecimento e garantia territorial das comunidades que se autodefinem como quilombolas situadas na Área de Influência Direta do empreendimento, através do estabelecimento de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o INCRA;</p> <p>2.2. Substituição das casas de taipa por alvenaria, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle de Doenças de Chagas da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, de forma a promover a melhoria na qualidade de vida das comunidades;</p> <p>2.3. Articular junto aos governos municipais ações de educação e saúde;</p> <p>2.4. Apoiar o processo de habilitação das comunidades para desenvolvimento de atividades voltadas para o desenvolvimento produtivo sustentável;</p>	<p>2.1 - Acompanhamento das ações de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) junto ao INCRA das comunidades atendidas pelo PISF e elaboração de Relatórios Antropológicos.</p> <p>2.2 – Estabelecido convênio com a FUNASA para execução da substituição das casas de taipa por alvenaria</p> <p>2.3 – Realizada articulação junto as Prefeituras Municipais para implantação de ações de educação e saúde;</p> <p>2.4 – Elaborado e executado o Plano de Capacitação em Organização Social e Gestão Produtiva nas 12 (doze) comunidades quilombolas atendidas pelo PISF.</p>
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. 16 comunidades presentes em cinco municípios da Área de Influência Direta do PISF, compreendendo 1.936 famílias.	
4) METAS	<p>4.1. Acompanhar os processos de regularização dos territórios das 16 comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta do empreendimento;</p> <p>4.2. Substituir 328 casas de taipa por casas de alvenaria nas 16 comunidades;</p>	4.1 – Meta Atendida - Acompanhamento das ações de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) junto ao INCRA das comunidades atendidas pelo PISF e apoio das ações de regularização fundiária foram elaborados em 2009, 03 Relatórios Antropológicos das comunidades Buenos Aires (custódia- PE), Massapê (Carnaubeira da Penha – PE) e Sítio Santana (Salgueiro – PE), sendo esses encaminhados junto ao INCRA.



17 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>4.3. Articular junto aos governos municipais ações de educação e saúde (4.3.1; 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4, 4.3.5).</p> <p>4.4. Diagnosticar as potencialidades das comunidades para o desenvolvimento produtivo;</p> <p>4.5. Promover capacitações nas 16 comunidades para o desenvolvimento de atividades produtivas compatíveis com as potencialidades diagnosticadas nestas comunidades;</p> <p>4.6. Articular junto ao governo estadual ações para implementação de saneamento básico para as 16 comunidades (4.6.1 e 4.6.2).</p>	<p>4.2 – Meta em Atendimento - A meta proposta apresentava o quantitativo de 328 unidades habitacionais a serem construídas, entretanto, após levantamento da FUNASA, este número passou para 310, das quais foram construídas 265 casas de alvenaria. Remanescem 45 casas que encontram-se em articulação de parceria para construção.</p> <p>4.3 e 4.6 – Meta em Atendimento:</p> <p>4.3.1 – Atendida. Realizadas reuniões com as Prefeituras dos municípios onde residem as comunidades quilombolas atendidas pelo PISF para articulação da implantação de postos de saúde exclusivos para essas comunidades, todavia, não foi possível a execução pela gestão municipal considerando a falta de profissionais para atendimento e a existência de Postos de Saúde que atendem as mesmas.</p> <p>4.3.2 – Em atendimento. Foi estabelecida parceria com a FUNASA para implantação da construção de banheiros.</p> <p>4.3.3 – Atendida – Realizadas reuniões com as Prefeituras dos municípios onde residem as comunidades quilombolas atendidas pelo PISF para articulação da para construção de novas escolas ou reforma das existentes, todavia, não foi possível a execução pela gestão municipal considerando a falta de profissionais para atendimento e a existência de escolas que atendem as comunidades.</p> <p>4.3.4 e 4.6.1 – Atendida. A execução da ação de gestão integrada de resíduos está relacionada aos Projetos de Esgotamento Sanitário de cada município.</p> <p>4.3.5 e 4.6.2 – Em atendimento. A ação de implantação de sistemas de abastecimento e tratamento de água está sendo atendida pelo PBA 15 do PISF. Para implantação já foi celebrado Termos de Execução.</p> <p>4.4 e 4.5 – Atendida. Execução do Plano Integrado de Capacitação em Organização Social e Gestão Produtiva nas 12 (doze) comunidades quilombolas atendidas pelo PISF.</p>



17 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>5) INDICADORES</p>	<p>5.1. Número de territórios com processo de regularização fundiária encaminhados;</p> <p>5.2. Número de diagnósticos de potencialidades realizados;</p> <p>5.3. Percentual de casas substituídas;</p> <p>5.4. Número de capacitações realizadas por comunidade;</p> <p>5.5. Percentual de participantes em relação ao público esperado nas capacitações.</p>	<p>5.1 – Indicador Atendido. 16 territórios encontram-se em processo de regularização fundiária.</p> <p>5.2 – Indicador Atendido. Foram realizados 12 diagnósticos de potencialidades por meio do Plano Integrado de Capacitações para as comunidades quilombolas.</p> <p>5.3 – Indicador em Andamento. Foram substituídas 85% das casas previstas em função da não conclusão do processo construtivo.</p> <p>5.4 - Indicador atendido – Foram previstas 176 capacitações, sendo as mesmas realizadas.</p> <p>5.5 – Indicador Atendido – O percentual de participação variou de 50% a 132% nas capacitações realizadas.</p>
<p>6) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO</p>	<p>6.1. Em atendimento</p>	<p>Foi encaminhada à Fundação Cultural Palmares a Nota Técnica 142/2016/CGPA/DPE/SIH/MI com informações sobre a execução do PBA 17.</p> <p>A Fundação Cultural Palmares encaminhou ao MI, o Ofício nº 88/2017-GAB-FCP, com parecer sobre o atendimento das condicionantes.</p>



18 – PROGRAMA DE APOIO E FORTALECIMENTO AOS ASSENTAMENTOS EXISTENTES AO LONGO DOS CANAIS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Programa Encerrado. O Parecer Técnico do IBAMA nº 151/2012 – COMOC/CGTMO/DILIC/IBAMA, de 21 de dezembro de 2012, recomendou o encerramento deste Programa, pois considerou que <i>“as ações previstas neste programa estão sendo atendidas por outros programas do PBA”, a saber: “As atividades previstas neste programa estão sendo atendidas pelo Programa 15 – Programa de Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais - e Programa 16 – Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação”.</i> Essas ações estão, sendo monitoradas pelo Ibama.</p>		



19 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NAS ÁREAS DO ENTORNO DOS CANAIS

GRUPO DE PROGRAMA: G3 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Antrópico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Solicitado Encerramento. Por meio do Parecer Técnico PAR. 02019.000013/2017 - 61 - NLA/PE/IBAMA, de 02/03/2017, o Ibama considerou o Programa atendido, este Ministério solicita o encerramento do Programa.</p>		



20 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE VETORES E HOSPEDEIROS DE DOENÇAS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	<p>1.1. Identificar e caracterizar todas as áreas atuais e as potenciais para ocorrência da entomofauna vetora e malacofauna hospedeira de doenças, a serem atingidas pelo Empreendimento.</p>	<p>– As áreas potenciais para desenvolvimento da entomofauna vetora e malacofauna foram identificadas anteriormente ao início do desenvolvimento das atividades do Programa. Na caracterização da entomofauna vetorosa monitorados o entorno dos 27 novos reservatórios do PISF, com pontos de coleta georreferenciados, compreendendo os Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Além disso, são identificados e esgotados pontos de acúmulo de água ao longo das obras dos eixos Norte e Leste do PISF. Essas atividades e os resultados elaborados pela UFRPE e UFPE são demonstrados nos Relatórios Semestrais e Anuais.</p>
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Levantar e complementar as informações existentes sobre as espécies potencialmente hospedeiras e vetores de doenças que se desenvolvem em meio aquoso na região da Área Diretamente Afetada;</p> <p>2.2. Identificar, nas áreas de intervenção do Empreendimento, quando das diferentes fases de implementação e operação, eventuais modificações na composição de vetores ou hospedeiros;</p> <p>2.3. Qualificar e quantificar as alterações na densidade e ocorrência de populações das espécies potencialmente vetoras e hospedeiras de doenças;</p> <p>2.4. Identificar e caracterizar as áreas de ocorrência da entomofauna vetora e malacofauna hospedeira de doenças, a serem atingidas pelo Empreendimento;</p> <p>2.5. Possibilitar a estruturação, para a fase de operação, do monitoramento das espécies potencialmente vetoras e</p>	<p>2.1 Esse levantamento foi realizado e encaminhado Relatório Semestral 11 - anexo NT/PISF/BSB/013-12</p> <p>2.2 e 2.3 Atividade de verificação realizada rotineiramente sendo que eventuais modificações na composição de vetores ou hospedeiros, serão identificadas com o monitoramento realizado.</p> <p>2.4 – As áreas potenciais para desenvolvimento da entomofauna vetora e malacofauna foram identificadas anteriormente ao início do desenvolvimento das atividades do Programa.</p> <p>2.5 – A estrutura de um plano de monitoramento para a fase de operação tomará como base os resultados obtidos com o monitoramento durante a fase de implantação.</p> <p>2.6 – Este objetivo é constantemente observado e até o</p>



20 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE VETORES E HOSPEDEIROS DE DOENÇAS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>hospedeiras de doenças;</p> <p>2.6. Fornecer subsídios para implementar ações, em interação com o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e em conjunto com os órgãos afins, de proteção, controle e recuperação do meio ambiente quando ocorrerem riscos de proliferação de vetores e hospedeiros de doenças, decorrentes da implantação e operação do Empreendimento;</p> <p>2.7. Possibilitar o estabelecimento de uma interação deste Programa com a população, através do Programa de Comunicação Social e Educação ambiental, visando ao fortalecimento da participação popular na promoção da saúde e na qualidade de vida nas áreas atingidas por possíveis proliferações de vetores e hospedeiros.</p>	<p>momento o monitoramento realizado não demonstrou a necessidade de uma ação em virtude do risco potencial de proliferação de vetores.</p> <p>2.7 – O tema doenças vinculadas a água é abordado tanto nas ações de comunicação social, foi tema específico do programa de educação ambiental, e ainda é tratado nos treinamentos para os trabalhadores da Obra.</p>
3) PÚBLICO-ALVO	<p>3.1. O Público-alvo é compreendido pelas secretarias de saúde, em especial as municipais, daqueles municípios da ADA.</p>	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	<p>4.1. 5 km de cada lado dos canais e reservatórios a serem implantados</p> <p>4.2. CE: Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Penaforte;</p> <p>4.3. PE: Betânia, Cabrobó, Custódia, Floresta, Salgueiro, Sertânia, Terra Nova e Verdejante;</p> <p>4.4. PB: Monteiro, Cajazeiras, Monte Horebe, São José de Piranhas.</p>	
5) METAS	<p>5.1. Levantamento trimestral de morbidade associada aos vetores e hospedeiros a partir do sistema de informação de saúde.</p>	<p>– 5.1 – levantamento enviado por meio do Relatório Semestral 12.</p>



20 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE VETORES E HOSPEDEIROS DE DOENÇAS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
6) INDICADORES	<p>6.1. Número, de casos de doenças transmitidas por vetores ou hospedeiros que necessitem em qualquer uma de suas fases de desenvolvimento, do meio aquático, durante a implantação e operação do PISF;</p> <p>6.2. Caracterização e quantificação das áreas de ocorrência de vetores e hospedeiros de doenças;</p> <p>6.3. Relação entre morbidade geral e a provocada por vetores e hospedeiros (na ADA) na Área Diretamente Afetada;</p> <p>6.4. Quantidade de ações educativas e informativas para as comunidades realizadas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 6.1 e 6.3 As informações sobre morbimortalidade são levantadas utilizando dos sistemas de informação disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde - SUS, considerando que a validação dos dados nos Sistemas de informação pelo SUS se dá periodicidade no mínimo anual. O MI fará a atualização com as informações existentes. - 6.2 - O levantamento qualitativo e quantitativo é realizado através das campanhas de monitoramento, que compreendem coletas de espécies de Culicidae no entorno dos 27 novos reservatórios do PISF, destacando os aspectos de proximidade das habitações humanas e grau de antropofilia. - 6.4 - As ações educativas e de comunicação são executadas através dos itens 03 (Programa de Comunicação Social) e 04 (Programa de Educação Ambiental) do PBA do PISF; e suas atividades são demonstradas nos relatórios semestrais e anuais.
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1. Em atendimento	



21 – PROGRAMA DE CONTROLE DA SAÚDE PÚBLICA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Solicitado Encerramento. Os Pareceres Técnicos nº 02019.000078/2015-45, de 18 de agosto de 2015, e nº 02019.000074/2016-48-NLA/PE/IBAMA, de 17 de agosto de 2016, recomendaram o encerramento do Programa. Por meio do Parecer Técnico PAR. 02019.000013/2017-61 - NLA/PE/IBAMA, de 02 de março de 2017, o Ibama considerou o Programa atendido. O Ministério solicita o encerramento do Programa.</p>		



22 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Aprofundar o conhecimento sobre a qualidade da água dos rios e açudes existentes receptores de águas aduzidas pelo Projeto de Integração nas condições atuais, anteriores à entrada em operação do sistema.	1.1 – Até o período desse relatório foram apresentados relatórios referentes à realização de 20 campanhas de monitoramento.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.1. Acompanhar a evolução da qualidade da água nesses rios e açudes existentes receptores, assim como nos reservatórios projetados durante toda a fase de operação do sistema de adução do Projeto, inclusive para efeito de indicador das alterações na cobertura vegetal, uso e ocupação do solo nas bacias de contribuição aos reservatórios componentes do sistema de adução do Projeto; 2.2. Evidenciar as situações onde houver risco para a saúde humana e dos animais, viabilizando ações de correção sempre que os padrões de qualidade estabelecidos na legislação estejam ameaçados.	2.1 e 2.2 - Elaboração de Relatórios Técnicos com periodicidade semestral que evidenciam as atividades de monitoramento em 86 pontos de coleta e suas atuais características ambientais. São monitorados parâmetros físico-químicos e microbiológicos das águas amostradas, sendo avaliados 9 parâmetros físicos, 34 parâmetros químicos e 13 parâmetros biológicos.
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Toda a população da área de influência do Projeto de Integração, pelo maior conhecimento sobre as condições de qualidade das águas da região.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Abrange o estirão do rio São Francisco onde estarão localizadas as estruturas de captação, assim como o conjunto das bacias hidrográficas receptoras de águas aduzidas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Prevista coleta em 47 pontos amostrais.	
5) METAS	5.1. Realizar 04 (quatro) campanhas de qualidade da água e limnologia, 02 (duas) em período chuvoso e 02 (duas) na estiagem, em todos os pontos de monitoramento da rede primária e secundária, durante um período de 03 (três) anos da fase de instalação. Após o resultado deste monitoramento,	5.1. Conforme estabelecido no Programa, a partir do ano de 2013, passou-se a realizar 2 (duas) campanhas por ano (resultados apresentados nos relatórios semestrais de 12 a 16 e relatórios anuais 17 e 18). 5.2 e 5.3 - Estão em funcionamento as seguintes estações Pluviométricas: 1) monitoradas pela Agência Nacional de Águas



22 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>realizar 02 (duas) campanhas de qualidade da água e limnologia, sendo 01 (uma) em período chuvoso e 01 (uma) na estiagem durante o período de 04 (quatro) anos na fase de instalação;</p> <p>5.2. Instalar, pelo menos, 10 estações pluviométricas, nos reservatórios selecionados, durante seu enchimento, e manter as mesmas durante todo o período de operação do Projeto;</p> <p>5.3. Instalar, pelo menos, 03 estações telemétricas de qualidade de água, sendo uma no reservatório Caiçara e outra no açude Poções, localizados nas extremidades dos Trechos II e V, respectivamente, e a terceira estação será localizada posteriormente em função dos resultados do monitoramento;</p> <p>5.4. Selecionar o conjunto de modelos mais adequado para a modelagem da qualidade de água, visando o gerenciamento dos reservatórios e seu entorno, antes do início de operação do Projeto;</p> <p>5.5. Realizar, pelo menos, quatro campanhas por ano, duas em períodos de cheia e duas em período de vazante, em todos os pontos da rede primária de monitoramento e nos açudes existentes, durante os dois primeiros anos de operação do Projeto;</p> <p>5.6. Estabelecer a modelagem prognóstica de qualidade de água de todo o sistema, ao final dos dois primeiros anos de operação do Projeto;</p> <p>5.7. Realizar monitoramento constante, na rede primária, das variáveis definidas pela modelagem, durante todo o restante do período de operação do Projeto;</p> <p>5.8. Realizar, pelo menos, uma campanha de levantamentos</p>	<p>(ANA) – Açude Atalho, Açude Castanhão, Açude Engenheiro Ávidos, Açude Armando Ribeiro Gonçalves, Açude Poções, Açude Epitácio Pessoa, Açude Chapéu, Açude Poço da Cruz. 2) monitoradas pela Agência Executiva de Gestão das Águas (AES/A) – Açude Coremas e Açude Acauã. No Açude Poções existe estação telemétrica.</p> <p>Está previsto no contrato da Empresa Vector a instalação de estação telemétrica. As campanhas de monitoramento da qualidade da água para os novos reservatórios do PISF, no eixo Leste, onde já possuem água e passam por testes operacionais, já são executadas e subsidiarão informações importantes na escolha da alocação da terceira estação telemétrica.</p> <p>5.4 - O Modelo matemático escolhido para a execução da modelagem prognóstica da qualidade da água é o QUAL-UFMG, baseado no software QUAL-2E. Foram apresentadas simulações para o Rio Moxotó e bacia do Rio Paraíba, no eixo leste, e bacia do Rio Piranhas para o eixo Norte, no Relatório Anual 17. As simulações visam viabilizar a modelagem no período de operação do Projeto.</p> <p>5.5 à 5.10 - Estas metas se apresentam “Em prazo” já que serão executadas durante a licença de operação do Projeto.</p>



22 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>concentrados por área da rede secundária, a cada três ou cinco anos, em função das prioridades definidas pela modelagem, durante todo o restante do período de operação do Projeto;</p> <p>5.9. Atualizar, pelo menos a cada três ou cinco anos, em função das prioridades definidas pela modelagem, o mapeamento do uso e ocupação do solo das bacias de contribuição aos reservatórios do sistema adutor e a estimativa das principais cargas de poluição (pontuais ou difusas), durante todo o restante do período de operação do Projeto.</p>	
6) INDICADORES	<p>6.1. Os padrões para avaliação da alteração da qualidade da água serão estabelecidos com base nas normas e legislação vigentes.</p>	<p>5 Os relatórios sobre o Monitoramento da Qualidade da Água e Limnologia levam em consideração a Resolução CONAMA 357/2005 para o enquadramento dos mananciais.</p>
9) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	<p>9.1. Em atendimento</p>	



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>1. Objetivos Gerais</p>	<p>1.1. Contribuir para a manutenção da fauna e da flora do Semiárido do Nordeste Setentrional, na região a ser afetada pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco;</p> <p>1.2. Gerar informações sobre os ecossistemas terrestres e aquáticos, característicos do Semiárido do Nordeste Setentrional, pertencentes à área de influência do empreendimento, principalmente naquelas áreas classificadas como ainda em bom estado de conservação, contribuindo assim para: (1) proposição de Unidades de Conservação e utilização das Áreas de Preservação Permanente como corredores ecológicos, nas regiões afetadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco e adjacências; (2) aumento de informações científicas sobre a fauna e a flora do bioma Caatinga;</p> <p>1.3. Gerar propostas de interligação entre ecossistemas cortados pelos canais, minimizando os efeitos de fragmentação de habitats que serão intensificados pela instalação do Projeto;</p> <p>1.4. Identificar o papel de grupos-chave da fauna na recomposição dos ambientes perturbados;</p> <p>1.5. Obter informações, pelo monitoramento dos diferentes grupos da fauna e flora, que dimensionem e acompanhem os efeitos dos impactos gerados pelo empreendimento em suas diversas fases, e permitam a implantação de ações adequadas de gestão ambiental;</p>	<p>1.1. FLORA: Em atendimento.</p> <p>Esforços de criação de UCs associados ao resgate de Germoplasma e estabelecimento de coleções vivas</p> <p>Proposta de criação da UC "Serra do Livramento"</p> <p>Nota Técnica 013/2016 "Proposta de substituição de lotes de Sequeiro por área de uso sustentável (AUS) na VPR Descanso, Eixo Norte, Meta 3N, Trecho II, Lote 06, Mauriti, CE."</p> <p>Parcerias do PISF com órgãos públicos ou ONGs com ações conservacionistas ex: parcelas da ação Monitoramento da diversidade vegetal alocadas na UC Floresta Nacional Negreiros (FLONA)</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.2.4 Marcação de Matrizes</p> <p>Marcação de matrizes de espécies nativas da Caatinga em Unidades de conservação (Flona Negreiros) e na área de influência da obra (citar item do relatório).</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>A contribuição para a manutenção da fauna do Semiárido está ocorrendo por meio do resgate da fauna silvestre, inventários, indicação de áreas relevantes para a conservação, avaliação dos impactos e proposição de medidas mitigadoras, as quais foram apresentadas nos itens 4.23.2.4, 4.23.3.4, 4.23.4.4, 4.23.5.4, 4.23.6.4, 4.23.7.4 e 4.23.8.4. <i>Resultados e Discussão</i> e 4.23.2.5, 4.23.3.5, 4.23.4.5, 4.23.5.5, 4.23.6.5, 4.23.7.5 e 4.23.8.5 <i>Considerações Finais</i> do Relatório de Execução Nº 17 e Nº 18.</p> <p>1.2. FLORA: Atendido.</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>Inventário florístico</p> <p>Monitoramento da diversidade vegetal</p> <p>Monitoramento da cobertura vegetal</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>As informações geradas pelo monitoramento contribuíram para a proposta da criação do Parque Estadual Complexo Serra do Livramento e Complexo Monte Santo. Além disso, estão destacando outras áreas importantes dentro da área de influência do empreendimento como apresentado no Item 4.23.2.5, 4.23.3.5, 4.23.4.5, 4.23.5.5, 4.23.6.5, 4.23.7.5 e 4.23.8.5. do Relatório de Execução Nº 16 e Nº 17. As informações provenientes dos subprogramas de fauna do PISF também foram possibilitaram a realização de dissertações de Mestrado; trabalhos de conclusão de curso (TCC), publicação de 24 artigos, seis livros e a apresentação de aproximadamente 101 resumos científicos em congressos,</p> <p>1.3. FLORA: Em atendimento.</p> <p>Relatório 16 item 4.23.1.3.1 Cobertura Vegetal.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>A proposta de interligação entre os ambientes está vinculada a implantação das passagens artificiais da fauna sob o canal e o estudo da efetividade das mesmas, conforme NOTA TÉCNICA 01/2017/ CEMAFUNA/UNIVASF de 05 de Maio de 2017, referente aos locais de monitoramento das passagens artificiais de fauna que devem ser associadas ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) no PISF.</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>1.4. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>As espécies de mamíferos foram listadas no item “<i>Espécies colonizadoras</i>” destacadas no Relatório de Execução nº 17 e nº 18. Além disso, diversos integrantes da entomofauna terrestre foram identificados como polinizadores de diversas espécies vegetais, sendo estas apresentadas nos tópicos de guildas tróficas conforme os itens 4.23.5.4.1.3, 4.23.5.4.2.3, 4.23.5.4.3.3, 4.23.5.4.4.3, 4.23.5.4.5.3, 4.23.5.4.6.3, 4.23.5.4.7.3, 4.23.5.4.8.3, 4.23.5.4.9.3, 4.23.5.4.10.3, 4.23.5.4.11.3, 4.23.5.4.12.3, 4.23.5.4.13.3, 4.23.5.4.14.3, 4.23.5.4.15.3, 4.23.5.4.16.3, 4.23.5.4.17.3 e 4.23.5.4.18.3 do Relatório de Execução Nº17.</p> <p>1.5. FLORA: Em atendimento.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1 Monitoramento do Impacto Ambiental.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>Os subprogramas de monitoramento têm gerado diferentes métricas e valores de referência para acompanhar os impactos das diversas fases do empreendimento sobre a fauna, conforme os itens 4.23.2.4, 4.23.3.4, 4.23.4.4, 4.23.5.4, 4.23.6.4, 4.23.7.4. <i>Resultados e Discussão</i> e 4.23.2.5, 4.23.3.5, 4.23.4.5, 4.23.5.5, 4.23.6.5, 4.23.7.5 e <i>Considerações Finais</i> do Relatório de Execução Nº 17 e Nº 18.</p>
<p>2. Metas</p>	<p>2.1. Acompanhar as obras de construção dos canais, a fim de evitar impactos irreversíveis sobre populações de fauna e flora, considerando as áreas a serem recomendadas para conservação;</p> <p>2.2. Realizar o Resgate da Fauna nas áreas a serem desmatadas e</p>	<p>2.1. FLORA:</p> <p>Elaborar o inventário florístico detalhado para cada área de ASV e realizar o resgate de germoplasma nas áreas liberadas para supressão.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão :</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	alagadas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco;	Inventários em ASV
2.3.	Prestar socorro a animais silvestres acidentados em função das obras (p.ex. queda nos canais), de forma segura e responsável;	"Foram elaboradas 73 notas técnicas com 151 áreas amostradas"
2.4.	Levantar, com base nos estudos de fontes primárias (material coletado, observações e entrevistas realizadas em viagens de campo) e secundárias (literatura científica e coleções científicas), as espécies ocorrentes nas áreas do Semiárido Nordeste, potencialmente afetadas pela implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco, bem como suas áreas de distribuição geográfica;	Resgate de Germoplasma em áreas de AVS Relatório 18 item 4.23.1.2.3 Resultados e Discussão:
2.5.	Identificar as espécies endêmicas, ameaçadas de extinção, raras, vulneráveis e não descritas na Área de Influência do Projeto;	"Quadro resumo com relação de ofícios entregues referentes às solicitações de acompanhamento da supressão vegetal em áreas de ASV para resgate de germoplasma."
2.6.	Estabelecer coleções científicas de fauna e flora da região do Semiárido Nordeste com os exemplares coletados durante a execução deste Programa de Conservação, os quais serão enviados às instituições científicas;	Nota Técnica 013/2016 "Proposta de substituição de lotes de Sequeiro por área de uso sustentável (AUS) na VPR Descanso, Eixo Norte, Meta 3N, Trecho II, Lote 06, Mauriti, CE.
2.7.	Formar um banco genético das populações das espécies da região do Semiárido Nordeste a ser afetada pelo empreendimento, principalmente das endêmicas, ameaçadas de extinção, raras, vulneráveis e ainda não descritas;	FAUNA: Em atendimento. O subprograma de afugentamento e resgate da fauna silvestre acompanhou as obras de construção dos canais minimizando os impactos na fauna (item 4.23.8.4. e 4.23.8.5. do Relatório de Execução Nº 18), enquanto que o monitoramento permitiu a proposição de medidas mitigadoras para os impactos detectados, de acordo com o item 4.23.2.5. 4.23.3.5, 4.23.4.5, 4.23.5.5, 4.23.6.5, 4.23.7.5 do Relatório de Execução Nº 17 e Nº 18.
2.8.	Caracterizar as áreas amostradas, avaliando a alteração de habitat e riqueza para os organismos estudados, fornecendo subsídios para a criação de Unidades de Conservação e utilização das Áreas de Preservação Permanente como corredores ecológicos;	
2.9.	Propor a instalação de passagens artificiais para a fauna sob os canais do Projeto, monitorando a intensidade de uso dessas passagens pela fauna local;	2.2. FAUNA: Em atendimento. O acompanhamento ao longo dos anos de instalação da obra do PISF, durante as fases de supressão vegetal e enchimento dos reservatórios pelo subprograma de afugentamento e regate da fauna silvestre possibilitou o resgate de 143.086 vertebrados terrestres, conforme o item 4.23.8.5. <i>Considerações Finais</i> do Relatório de Execução Nº
2.10.	Testar os indicadores e parâmetros ambientais sugeridos neste Programa de Conservação, para monitorar as alterações	

23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>provocadas pelo Projeto de Integração, e propor outros, se for o caso;</p> <p>2.11. Identificar espécies domésticas oportunistas e sinantrópicas, que utilizem o corredor formado pelo traçado dos canais para dispersão;</p> <p>2.12. Identificar as espécies participantes das comunidades de entomofauna e caracterizar sua importância para a reconstrução da vegetação;</p> <p>2.13. Identificar as espécies de mamíferos alados (morcegos) e aves residentes na área cortada pelo traçado dos canais, e caracterizar se são importantes na reconstrução da Caatinga;</p> <p>2.14. Integrar informações levantadas em diferentes Subprogramas, por meio de Sistema de Informações Geográficas (SIG);</p> <p>2.15. Capturar e coletar invertebrados, bem como coletar amostras de sangue de espécies de pequenos mamíferos que possam atuar como reservatórios de zoonoses, trocando essas informações com o Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças;</p> <p>2.16. Identificar os elementos da biota terrestre e aquática mais afetados pelo empreendimento e pela pressão antrópica de expansão da fronteira agrícola e urbana favorecida por ele;</p> <p>2.17. Propor ações que minimizem os efeitos deletérios do Projeto da Integração sobre a biota da Caatinga;</p> <p>2.18. Avaliar e monitorar as medidas mitigadoras e compensatórias recomendadas no EIA, no âmbito deste programa;</p> <p>2.19. Colaborar no treinamento de profissionais em taxonomia e ecologia das espécies do Semiárido Nordestino, estabelecendo parcerias com Universidades e Instituições de Pesquisa com o Programa de Conservação em questão;</p> <p>2.20. Difundir as informações geradas pelo Programa em questão, de</p>	<p>18. O acompanhamento continuará durante o enchimento de todos os reservatórios do PISF.</p> <p>2.3. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>Os animais silvestres acidentados em função das obras foram resgatados de forma segura, assim como receberam a destinação adequada, como apresentado no item <i>Afugentamento e resgate de fauna nas áreas de influência direta (AID) do PISF</i> de todos os relatórios de execução do Subprograma de Afugentamento e Resgate da Fauna Silvestre (Item 4.23.8.) encaminhados ao órgão fiscalizador.</p> <p>2.4. FLORA: Atendido.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão : Florística geral e esforço amostral</p> <p>"Foram coletadas 16374 amostras na área de abrangência do projeto, representadas por 1355 espécies de plantas vasculares, 31 variedades e 9 subespécies."</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>O acompanhamento das espécies potencialmente afetadas pela implantação do Projeto de Integração foi apresentado nos itens 4.23.2.4, 4.23.3.4, 4.23.4.4, 4.23.5.4, 4.23.6.4, 4.23.7.4. <i>Resultados e Discussão</i> do Relatório de Execução Nº 17.</p> <p>2.5. FLORA: Atendido.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão : Espécies novas, ameaçadas, endêmicas e/ou restritas da</p>

23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>forma sintética e acessível ao público, pelo <i>website</i> e da publicação dos dados biológicos dos organismos estudados, em forma de resumos, livros ou de artigos científicos e de divulgação; e,</p> <p>2.21. Monitorar a efetividade dos mecanismos de retenção da ictiofauna instalados nos locais de captação, no caso de sua instalação.</p>	<p>Caatinga</p> <p>"Do total de espécies amostradas pelo projeto, nove vigoram na Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção do Brasil (MMA 2014) , estando quatro espécies enquadradas na categoria Em Perigo (EN), <i>Griffinia gardneriana</i>, <i>Handroanthus spongiosus</i>, <i>Jacaranda rugosa</i> e <i>Solanum jabrense</i> e cinco espécies na categoria Vulnerável (VU): <i>Apuleia leiocarpa</i>, <i>Cedrela odorata</i>, <i>Discocactus bahiensis</i>, <i>Ipomoea subrevoluta</i> e <i>Zeyheria tuberculosa</i>".</p> <p>"Os registros endêmicos foram representados por 138 espécies pertencentes a 35 famílias de Angiospermas.</p> <p>Presença de quatro populações de uma espécie recentemente descrita, pertencente à família Lythraceae, <i>Pleurophora pulchra</i>."</p> <p>FAUNA: Atendido.</p> <p>As espécies da fauna endêmicas, ameaçadas de extinção, raras, vulneráveis e não descritas na Área de Influência do Projeto foram apresentadas em todos os Relatórios de Execução (RS 11 ao RS18) no tópico específico das categorias atribuídas às espécies registradas (ver 4.23.2.4, 4.23.3.4, 4.23.4.4, 4.23.5.4, 4.23.6.4, 4.23.7.4. <i>Resultados e Discussão</i>).</p> <p>2.6. FLORA: Atendido.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão : Fomento a coleções biológicas.</p> <p>FAUNA: Atendido.</p> <p>Todos os espécimes coletados, de acordo com a necessidade de cada subprograma, foram depositados na coleção científica do Museu de Fauna no Centro de</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Parecer Técnico 02001.003150/2015-85 COMOC/IBAMA).</p> <p>2.7. FLORA: Atendido.</p> <p>Viveiro de Espera I e II, localizados em Salgueiro e Brejo Santo com plantas vivas provenientes do resgate de germoplasma em áreas de ASV.</p> <p>Banco de sementes, armazenadas em câmara fria do Laboratório de Sementes, Nema.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>Amostras de tecidos, para análise de DNA de espécimes com interesse científico, estão sendo extraídas e depositadas no laboratório de genética do CEMAFAUNA/UNIVASF (Item 4.23.7.4.26. <i>Genética Molecular</i> do Relatório de Execução Nº 18).</p> <p>2.8. FLORA: Atendido</p> <p>Atendido pelo inventário e pelo monitoramento de cobertura e diversidade vegetal.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>Com base na caracterização das Unidades Amostrais (tópico 4.23. Programa de Conservação da Fauna e Flora – Descrição das Unidades Amostrais e Pontos de Monitoramento da fauna e flora) e nos resultados obtidos referentes às espécies que ocupam a área, foi possível indicar áreas relevantes para conservação como constam nos itens 4.23.2.5, 4.23.3.5, 4.23.4.5, 4.23.5.5, 4.23.6.5, 4.23.7.5, <i>Considerações Finais</i> dos Relatórios de Execução</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>Nº 16 e Nº 17.</p> <p>2.9. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>A proposta da implantação das passagens artificiais da fauna sob o canal e o estudo da efetividade das mesmas foi encaminhada por meio da Nota Técnica 01/2017/CEMAFAUNA/UNIVASF de 05 de Maio de 2017, referente aos locais de monitoramento das passagens artificiais de fauna que devem ser associadas ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) no PISF.</p> <p>2.10. FLORA: Atendido.</p> <p>Atendido pelo monitoramento, que alterou os métodos propostos originalmente e propôs novas abordagens tanto para o monitoramento da diversidade como da cobertura.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>Os resultados estão disponíveis nos tópicos "<i>Parâmetros Populacionais</i>" e "<i>Indicadores de diversidade</i>" e servem para indicar os diferentes componentes de diversidade dos grupos para avaliação dos impactos (ver itens 4.23.2.4, 4.23.3.4, 4.23.4.4, 4.23.5.4, 4.23.6.4, 4.23.7.4. <i>Resultados e Discussão</i> do Relatório de Execução nº 17 e Nº18).</p> <p>2.11. FLORA: Atendido.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão: Espécies naturalizadas e/ou cultivadas</p> <p>Na área de estudo 532 amostras são de espécies naturalizadas e/ou cultivadas. Mais especificamente, são 76 naturalizadas e 20 cultivadas, totalizando 96 espécies ou 7%</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>do total</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>Esses resultados foram indicados nos tópicos “<i>Espécies ameaçadas, endêmicas, colonizadoras e cinegéticas</i>” do Relatório de Execução Nº 17, com dados compilados de todas as amostragens. Além disso, resultados completos poderão ser alcançados com a continuidade do monitoramento nas Unidades Amostrais, tendo em vista que a presença de água em caráter perene nos canais e reservatórios do PISF pode modificar o comportamento das espécies ou mesmo proporcionar a ocorrência de espécies que ainda não foram registradas.</p> <p>2.12. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>Espécies integrantes da entomofauna terrestre foram identificados como polinizadores de diversas espécies vegetais, sendo estes apresentados nos tópicos de guildas tróficas nos itens 4.23.5.4.1.3, 4.23.5.4.2.3, 4.23.5.4.3.3, 4.23.5.4.4.3, 4.23.5.4.5.3, 4.23.5.4.6.3, 4.23.5.4.7.3, 4.23.5.4.8.3, 4.23.5.4.9.3, 4.23.5.4.10.3, 4.23.5.4.11.3, 4.23.5.4.12.3, 4.23.5.4.13.3, 4.23.5.4.14.3, 4.23.5.4.15.3, 4.23.5.4.16.3, 4.23.5.4.17.3 e 4.23.5.4.18.3 do Relatório de Execução Nº 17.</p> <p>2.13. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>As espécies de quirópteros que atuam como agentes dispersores e polinizadores, contribuindo assim para a reconstituição das áreas, foram apontadas no tópico “<i>Espécies ameaçadas, endêmicas, colonizadoras e cinegéticas</i>” nos relatórios de execução RS 17 e RS 18. As espécies de aves estão sendo identificadas no decorrer do</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>monitoramento. Em todos os relatórios de execução (RS 11 ao RS 18) são apresentadas listas de espécies (e.g., Quadro 4.23.3.1, do RS 17 e RS 18), muitas das quais são dependentes ou semidependentes de ambientes florestais com dieta frugívora e excelência na dispersão de sementes, contribuindo para a regeneração florestal (e.g., ver item 4.23.3.4.1. PMN 02, do RS 18).</p> <p>2.14. FLORA: Atendido.</p> <p>Os dados da Flora estão integrados por meio de um banco de dados próprio denominado "Flora" que possui Sistema de Informações Geográficas (SIG) integrado.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>A partir das análises de imagens de satélite, realizadas por meio de ferramentas de SIG e vistorias em campo, foram selecionadas áreas para soltura branda do resgate da fauna conforme apresentado no item 4.23.8.3.9.10. <i>Caracterização das áreas para soltura branda da fauna resgatada</i>, do Relatório de Execução nº 17. Além disso, com o objetivo de avaliar o uso e a cobertura do solo nas unidades amostrais de monitoramento, bem como os impactos diretos e indiretos provenientes da obra e como a modificação na cobertura vegetal pode afetar a diversidade da fauna nestes locais, foi realizado a classificação de imagens de satélite com posterior validação em campo conforme apresentado nos itens 4.23 dos relatórios de execução nº 17 e nº 18.</p> <p>2.15. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>A coleta de ectoparasitas das espécies de pequenos mamíferos que possam atuar como reservatórios de zoonoses foi realizada durante o monitoramento da fauna</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>em campo (Oliveira, G. M. 2015. Levantamento da Ectoparasitofauna de Pequenos Mamíferos oriundos da PISF. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas da UNIVASF, para obtenção do título de graduação).</p> <p>2.16. FLORA: Em atendimento.</p> <p>Relatório 18 Item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão: IMPACTOS NEGATIVOS : disserta sobre as espécies raras e/ou vulneráveis no projeto.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>As espécies registradas ao longo do empreendimento pelos Subprogramas de Monitoramento da Fauna compõem importantes modelos de avaliação para o entendimento dos impactos decorrentes do PISF sobre a biota terrestre e aquática. As informações sobre essa meta podem ser encontradas nos tópicos da discussão inicial de cada Unidade Amostral, no tópico “<i>Espécies ameaçadas, endêmicas, colonizadoras e cinegéticas</i>” e também nas “<i>Considerações finais</i>” (ver itens 4.23.2.4, 4.23.3.4, 4.23.4.4, 4.23.5.4, 4.23.6.4, 4.23.7.4 e 4.23.8.4 <i>Resultados e Discussão</i> e 4.23.2.5, 4.23.3.5, 4.23.4.5, 4.23.5.5, 4.23.6.5, 4.23.7.5 e 4.23.8.5 <i>Considerações Finais</i> do Relatório de Execução Nº 17 e Nº 18).</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>As propostas para medidas de mitigação de alguns impactos identificados foram discutidas nos itens 4.23.2.4, 4.23.3.4, 4.23.4.4, 4.23.5.4, 4.23.6.4, 4.23.7.4 e 4.23.8.4 <i>Resultados e Discussão</i> e 4.23.2.5, 4.23.3.5, 4.23.4.5, 4.23.5.5, 4.23.6.5, 4.23.7.5 e 4.23.8.5 <i>Considerações Finais</i> do Relatório de Execução Nº 17 e Nº 18. No âmbito do Subprograma de</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>Monitoramento da Ictiofauna, foi proposto o Plano de Contenção da Biota Aquática, com o monitoramento contínuo de todas as Estações de Bombeamento do Eixo Leste, conforme apresentado no Relatório de Execução nº 18 (<i>seção 4.23.7.7 – Relatório do Plano de Monitoramento da Eficiência das Estruturas de Contenção da Biota Aquática do Eixo Leste (EBV-1 a EBV-6) do PISF</i>). A continuidade do monitoramento da fauna durante a fase de operação será fundamental para propor ações que minimizem os efeitos deletérios do Projeto.</p> <p>2.17. FLORA: em atendimento</p> <p>Identificar espécies vulneráveis (raras dentro do esforço de amostragem do PISF para elaboração de medidas específicas de conservação).</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>O resultado do monitoramento dos impactos identificados no EIA estão discutidos nos itens <i>4.23.2.5, 4.23.3.5, 4.23.4.5, 4.23.5.5, 4.23.6.5, 4.23.7.5 e 4.23.8.5 Considerações Finais</i> do Relatório de Execução Nº 17 e Nº 18.</p> <p>2.18. FLORA: Em atendimento.</p> <p>Participação e organização de cursos e eventos de botânica e taxonomia, proporcionar a visita de especialistas em diferentes famílias botânicas nas coleções do projeto.</p> <p>FAUNA: Atendido.</p> <p>A estrutura do CEMAFUNA está inserida na Universidade Federal do Vale do São Francisco, sendo referência para a formação de corpo técnico especializado nos diferentes</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>ambientes da Caatinga e sua fauna associada. Bem como, subsidia a formação e treinamento de alunos de Graduação, Pós-graduação e membros externos. Desta forma, contribui para geração de conhecimento acerca dos diferentes grupos que compõem a fauna da Caatinga.</p> <p>2.19. FLORA: Em atendimento.</p> <p>Publicação de livros, artigos científicos e resumos em congressos com os dados coletados nas áreas de influência do projeto.</p> <p>I SIMPÓSIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (SBHSF), 2016.</p> <p>FLORA DAS CAATINGAS DO RIO SÃO FRANCISCO, História Natural e Conservação; 2013.</p> <p>SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SNCT), Brasília 2014 e 2015.</p> <p>SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (SCIENTEX), UNIVASF.</p> <p>FAUNA: Atendido.</p> <p>A página http://www.cemafauna.univasf.edu.br/, conta com informações acerca dos relatórios, artigos, e outras publicações e notícias elaboradas pelo CEMAFUNA. Além disso, ao longo dos anos de execução do PBA 23 foi possível publicar 24 artigos, seis livros e expor aproximadamente 101 resumos científicos em congressos da área.</p> <p>2.20. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>O monitoramento da efetividade dos mecanismos de retenção da ictiofauna foi implementado por meio do Plano</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>de Contenção da Biota Aquática, elaborado com o objetivo de minimizar o impacto do funcionamento das bombas das Estações de Bombeamento dos Eixos Norte e Leste sobre as populações de peixes que habitam os canais de aproximação. Os resultados estão disponíveis na seção 4.23.7.7 do Relatório de Execução nº 18.</p>
<p>3 Indicadores Ambientais</p>	<p>3.1. Para propor o estabelecimento de Unidades de Conservação - UC e corredores ecológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência de espécies endêmicas da caatinga, ameaçadas de extinção e vulneráveis, raras ou novas da fauna e flora; • Ocorrência de espécies de predadores de médio e grande porte; • Ocorrência de formações vegetacionais nativas em bom estado de conservação; • Variedade de formas de vida vegetais, como um indicador da variedade de grupos funcionais presentes; • Ocorrência de diferentes tipos vegetacionais contíguos e em bom estado de conservação; • Ocorrência de espécies de peixe reofílicas; • Presença de corpos d'água naturais, perenes ou intermitentes. <p>3.2. Para indicar a intensidade de uso e eficiência das passagens artificiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de espécies oportunistas e sinantrópicas; • Presença de espécies de médio e grande porte; • Número de espécies, classificada quanto ao uso da matriz 	<p>3.1. FLORA: Atendido.</p> <p>Relatório 16 item 4.23.1.3.1 Cobertura Vegetal.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1. Inventário Florístico e Coleções Biológicas.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>As informações oriundas do monitoramento da fauna contribuíram para a proposta da criação do Parque Estadual Complexo Serra do Livramento e Complexo Monte Santo. A comparação entre a fauna da área impactada, antes, durante e depois do empreendimento, será utilizada na identificação e proposição de outras áreas relevantes para a conservação e para a formação de corredores ecológicos para a região semiárida.</p> <p>3.2. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>O monitoramento do uso e eficiência das passagens artificiais da fauna terá início após a execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) no PISF (Nota Técnica Nº 01/2015 – PBA-23, referente a reposta do Parecer Técnico N. 02001.004276/2014-96 COMOC/IBAMA).</p> <p>3.3. FLORA: Em atendimento.</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>ambiental, com registro de ocorrência na passagem artificial.</p> <p>3.3. Para avaliar a recomposição dos habitats fragmentados pelo Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número e abundância de espécies oportunistas e sinantrópicas; • Número e abundância de espécies dispersoras; • Abundância de plântulas e rebrotos para avaliar regeneração natural; • Estrutura das comunidades florística e faunística. <p>3.4. Para avaliar a pressão antrópica provocada pela expansão urbana e agrícola em decorrência da obra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de apetrechos de caça e pesca predatória na Área Diretamente Afetada; • Ocorrência de espécies de peixe introduzidas (alóctones); • Ocorrência de espécies vegetais exóticas invasoras; e, • Avaliação da redução da cobertura vegetal nativa na AID. <p>3.5. Para monitorar a efetividade dos mecanismos de retenção da ictiofauna instalados nos locais de captação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência de espécies da ictiofauna da bacia do rio São Francisco no primeiro trecho do canal, logo após a primeira estação de bombeamento de cada eixo; 	<p>Inventário florístico:</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão: Espécies naturalizadas e/ou cultivadas</p> <p>"Na área de estudo 532 amostras são de espécies naturalizadas e/ou cultivadas. Mais especificamente, são 76 naturalizadas e 20 cultivadas, totalizando 96 espécies ou 7% do total".</p> <p>Monitoramento da Diversidade vegetal:</p> <p>Avaliação das variações na diversidade vegetal através de parâmetros fitossociológicos nos pontos de monitoramento. Medições sobre dinâmica populacional de espécies abundantes nas áreas do PISF. Monitoramento da comunidade de plantas herbáceas nos pontos de monitoramento do PISF.</p> <p>Monitoramento das áreas de recuperação através das ações vinculadas ao PBA 09 utilizando como referência parâmetros obtidos em áreas conservadas e pontos de monitoramento do PISF.</p> <p>FAUNA: Em atendimento. A avaliação da recomposição dos habitats fragmentados será realizada após a operação do empreendimento e a execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). A avaliação será realizada por meio da comparação dos dados da fauna entre a área impactada, antes, durante a implantação e após a operação do empreendimento.</p> <p>3.4. FLORA: Em atendimento.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão: Espécies naturalizadas e/ou cultivadas</p> <p>Foi atendida para ADA, existe apenas um levantamento</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>realizado para a AID (de 2014) é necessário realizar mais um no fim da obra.</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>Para avaliar a pressão antrópica os subprogramas de monitoramento da fauna apontam e fotografam sempre que possível, os utensílios utilizados para caça dentro das Unidades Amostrais, conforme Foto 4.23.2.10 do Relatório de Execução Nº 17 e Foto 4.23.2.1 do Relatório de Execução Nº 18. Quanto às espécies de peixes introduzidas, os dados de espécies como tilápia-do-nilo (<i>Oreochromis niloticus</i>), tucunaré (<i>Cichla monoculus</i>) entre outras, estão destacadas no item 4.23.7.4. <i>Resultados e Discussão</i> dos Relatórios de Execução Nº 17 e Nº 18.</p> <p>3.5. FAUNA: Em atendimento.</p> <p>O monitoramento da efetividade dos mecanismos de retenção da ictiofauna está sendo executado por meio do Plano de Contenção da Biota Aquática, elaborado com o objetivo de minimizar o impacto do funcionamento das bombas das Estações de Bombeamento dos Eixos Norte e Leste sobre as populações de peixes que habitam os canais de aproximação. Os resultados estão disponíveis na seção 4.23.7.7 do Relatório de Execução nº 18.</p>
<p>4. Público Alvo</p>	<p>4.1. Órgãos Públicos</p> <p>4.2. Meio acadêmico</p> <p>4.3. Organizações não governamentais que atuam na questão ambiental na região ONGs;</p> <p>4.4. Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE);</p>	<p>FLORA: Em atendimento.</p> <p>Relatório 17 item: INTERAÇÃO COM OUTROS PBAs:</p> <p>Rede de Sementes do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, PISF.</p> <p>Relatório 18 item 4.23.1.1.2 Resultados e Discussão:</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>4.5. Proprietários dos imóveis que estão situados nas Áreas dos Estudos;</p> <p>4.6. Comunidade local e arredores.</p>	<p>Fomento a coleções biológicas: Doações de duplicatas para outras Universidades : Foram doadas até o momento 14720 duplicatas para um total de 39 herbários</p> <p>Relatório 18 item: INTERAÇÃO COM OUTROS PBAs:</p> <p>Interação com o Programa de Comunicação Social-PBA 03 Arborização das VPRs Retiro e Vassouras</p> <p>FAUNA: Em atendimento.</p> <p>4.1. Órgãos Públicos</p> <p><i>Evento: Recebimento de Animais no CETAS/CEMAFAUNA</i></p> <p>Órgãos envolvidos: IBAMA (Unidade Avançada de Juazeiro – BA); IBAMA (Unidade Avançada de Salgueiro – PE); IBAMA (Unidade Avançada de Recife – PE); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Companhia Pernambucana do Meio Ambiente, PE (CPRH); Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia – INEMA; Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco; Corpo de Bombeiro do Estado da Bahia; Polícia Militar; Polícia Rodoviária Federal; 72º BIM; Prefeituras Municipais;</p> <p><i>Evento: Operação de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) – Programa de Revitalização do Rio São Francisco.</i></p> <p>Órgãos envolvidos: IBAMA; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de Alagoas; Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF); Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar; Administração Estadual do Meio Ambiente do Estado de Sergipe (ADEMA); Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA); Instituto do Meio Ambiente e</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>Recursos Hídricos da Bahia – INEMA; Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB); Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL).</p> <p><i>Evento: Diagnóstico Ambiental</i></p> <p>Órgãos envolvidos: IBAMA (Unidade Avançada de Juazeiro – BA); Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA); Ministério Público Federal.</p> <p>4.2. Meio acadêmico</p> <p><i>Evento: Programas de Iniciação Científica:</i></p> <p>Órgãos envolvidos: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).</p> <p><i>Evento: Intercâmbio</i></p> <p>Órgãos envolvidos: School of Life Science - Arizona State University.</p> <p><i>Evento: Apoio aos programas de pós-graduação e pós-doutorado</i></p> <p>Órgãos envolvidos: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE); Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP).</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p><i>Evento: Realização de Palestras e Cursos</i></p> <p>Órgãos envolvidos: Universidade Federal do Paraná; IESPE - Instituto de Educação Superior de Pernambuco; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Universidade Federal da Bahia (UFBA).</p> <p><i>Evento: Apresentação de pesquisas científicas em congressos regionais, nacionais e internacionais.</i></p> <p>Órgãos envolvidos: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Museu Nacional (MNRJ); Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Ceará (UFCE); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Instituto de Investigaciones Marinas y Costeras;</p> <p>4.3. Organizações não governamentais que atuam na questão ambiental na região ONGs:</p> <p><i>Evento: Apoio logístico</i></p> <p>Instituto para a conservação dos carnívoros neotropicais - Pró-Carnívoros;</p> <p>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - Plano de Ação Nacional para a Conservação da</p>



23 - PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>Ararinha-azul.</p> <p>4.5. Proprietários dos imóveis que estão situados nas Áreas dos Estudos:</p> <p><i>Evento: Recebimento de Animais no CETAS/CEMAFAUNA;</i></p> <p><i>Evento: Treinamentos prático-teóricos para capacitação;</i></p> <p>4.6. Comunidade local e arredores</p> <p><i>Evento: Recebimento de Animais no CETAS/CEMAFAUNA;</i></p> <p><i>Evento: Visita ao Museu de Fauna da Caatinga no CEMFAUNA pelas escolas públicas e a comunidade em geral, que totalizaram aproximadamente 13.343 pessoas até o fechamento deste documento.</i></p> <p><i>Evento: Campanhas de conscientização para a proteção da fauna;</i></p> <p><i>Evento: Exposições fotográficas;</i></p>
<p>5) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO</p>	<p>- Em atendimento.</p>	



24 – PROGRAMA DE PREVENÇÃO À DESERTIFICAÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: Gestão, Conservação e Monitoramento (GCM) do Empreendimento.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	<p>1.1. Implementar ações de combate à desertificação e difundir informação e conhecimento sobre o tema nas Vilas Produtivas Rurais do PISF.</p>	<p>1.1. Este Programa está sendo executado por meio de Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/07/001, firmado entre o Ministério da Integração Nacional (MI) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o qual selecionou a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental para realizar a execução do Programa por meio de consultoria técnica.</p>
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Identificar áreas degradadas e susceptíveis a desertificação no âmbito das VPRs.</p> <p>2.2. Desenvolver e implementar unidades demonstrativas que estimulem modelos sustentáveis de produção.</p> <p>2.3. Contribuir com a recomposição florestal nas áreas de Reservas Legal e APPs das VPRs.</p> <p>2.4. Promover cursos e capacitações visando difundir conhecimento e informações sobre a conservação do solo, a convivência com o semiárido e o uso sustentável da caatinga em articulação com os Programas de Reassentamento das Populações e Educação Ambiental.</p>	<p>2.1. Identificação em imagens de satélites das áreas susceptíveis a degradação e desertificação.</p> <p>2.2. Foram elaborados projetos básicos das Unidades Demonstrativas em três Vilas Produtivas Rurais atendidas.</p> <p>2.3. As ações em atendimento a esse objetivo constam do Programa 9.</p> <p>2.4. Realização das capacitações para os representantes das organizações sociais das Vilas Produtivas Rurais Quixeramobim, Negreiros e Salão, conforme o Plano Estratégico de Capacitação elaborado, contemplando:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Palestras sobre técnicas de prevenção à desertificação, dispositivos de contenção de erosão e armazenamento de águas da chuva, e barragens subterrâneas; ✓ Atividades de fixação do aprendizado; ✓ Discussão de resultados e comunhão de experiências; ✓ Estudo de técnicas/tecnologias agroecológicas; ✓ Aula prática de campo para reconhecimento do meio ambiente local e uso prático de instrumentos topográficos de demarcação dos dispositivos de conservação de solo e água.



24 – PROGRAMA DE PREVENÇÃO À DESERTIFICAÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: Gestão, Conservação e Monitoramento (GCM) do Empreendimento.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Moradores reassentados nas Vilas Produtivas Rurais Quixeramobim, Negreiros e Salão.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Municípios de Salgueiro e Sertânia – PE e São José de Piranhas – PB.	4.1. Abrangência atendida com a realização de palestras, capacitações, bem como de atividades de fixação do aprendizado para todos os moradores das VPRs do PISF.
5) METAS	5.1. Implantar no mínimo uma unidade demonstrativa por Trecho (I, II e V) nas Vilas Produtivas Rurais abrangidas pelo Programa 08, com o objetivo de apresentar técnicas sustentáveis e contribuir na recomposição florestal das APPs e Áreas de Reserva Legal. 5.2. Capacitação realizada que aborde conservação do solo, a convivência com o semiárido e o uso sustentável da caatinga para os reassentados nas Vilas Produtivas Rurais e que tenham capacidade de multiplicação. 5.3. Identificar e mapear as áreas susceptíveis a desertificação, no âmbito das VPRs.	5.1. A implantar em 2017. 5.2. Meta atendida com a realização de palestras, capacitações, bem como de atividades de fixação do aprendizado para todos os moradores das 18 VPRs do PISF. 5.3. Meta atendida com a identificação em imagens de satélites das áreas susceptíveis a degradação e desertificação.
6) INDICADORES	6.1. Número de unidades demonstrativas implantadas nas VPRs. 6.2. Número de capacitações realizadas e porcentagem de participantes. 6.3. Número de áreas susceptíveis a desertificação identificadas e mapeadas.	6.1. A implantar em 2017. 6.2. 03 capacitações realizadas. Participação de 100% dos representantes das organizações sociais localizadas nas Vilas Produtivas Rurais do PISF (Quixeramobim, Negreiros e Salão). 6.3. Indicador atendido por meio de documento contendo os resultados dos trabalhos de identificação e mapeamento de 3 das áreas degradadas e susceptíveis a desertificação nas Vilas Produtivas Rurais do PISF.



25 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ADUTOR E DAS BACIAS RECEPTORAS

GRUPO DE PROGRAMA: G5 - Programas Ambientais Relacionados à Fase de Operação do Empreendimento

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	<p>1.1. Propor sistema de monitoramento das estruturas hidráulicas e elétricas responsáveis pela adução e dos corpos e cursos d'água receptores envolvidos na Integração das Águas do São Francisco.</p> <p>1.2. Acompanhar o sistema de monitoramento das estruturas hidráulicas e elétricas responsáveis pela adução e elaborar um sistema de monitoramento de rios e reservatórios das bacias receptoras do sistema de Integração das Águas do São Francisco.</p>	<p>1.1. Há projeto de sistema de monitoramento do sistema hidráulico e elétrico totalizando 114 pontos e 35 pontos de monitoramento hidrológico nas bacias receptoras, a serem monitorados e interligados ao CCO, via SDSC ou satélite.</p> <p>1.2. As 35 estações telemétricas do sistema de monitoramento hidrológico e 68 do sistema hidráulico e elétrico encontram-se, respectivamente, em operação e teste e comissionamento.</p>
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Propor uma rede de monitoramento para as instalações do Sistema de Obras de Adução;</p> <p>2.2. Propor uma rede de monitoramento para os rios e reservatórios das Bacias Receptoras;</p> <p>2.3. Sugerir como será realizada a transmissão das informações e seu armazenamento em um banco de dados no Centro de Controle e Operação (CCO);</p> <p>2.4. Recomendar formas de parceria com órgãos estaduais e federais que atuem em áreas como recursos hídricos, meteorologia, meio ambiente e ciências espaciais para operação e manutenção das redes de monitoramento.</p>	<p>2.1. Feita a proposição rede de monitoramento para as instalações do Sistema de Obras de Adução, totalizando 115 pontos;</p> <p>2.2. Foi proposta rede de monitoramento para os rios e reservatórios das Bacias Receptoras, contendo 35 estações telemétricas;</p> <p>2.3. Foi sugerido um Sistema Digital de Supervisão e Controle, com rede de fibra ótica para transmissão dos dados;</p> <p>2.4. Realizada parceria com a ANA para fortalecimento do órgãos estaduais para operação e manutenção das redes de monitoramento.</p>
3) PÚBLICO-ALVO	<p>3.1. Toda a população beneficiada com a Integração das Águas do São Francisco.</p>	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	<p>4.1. Estações de bombeamento, subestações, comportas, válvulas dispersoras e reservatórios.</p> <p>4.2. Bacias hidrográficas dos rios Jaguaribe, Apodi-Mossoró,</p>	



25 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ADUTOR E DAS BACIAS RECEPTORAS

GRUPO DE PROGRAMA: G5 - Programas Ambientais Relacionados à Fase de Operação do Empreendimento

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>Piranhas-Açu e Paraíba.</p> <p>4.3. Bacias dos Tributários da Margem Esquerda do São Francisco – Brígida, Pajeú, Terra Nova e Moxotó e, indiretamente as Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza, que também serão beneficiadas com a Integração.</p>	
5) METAS	<p>5.1. Instalar os equipamentos das estações de monitoramento do Sistema de Obras de Adução;</p> <p>5.2. Instalar os equipamentos de monitoramento das Bacias Receptoras na fase de implantação das obras;</p> <p>5.3. Implantar rede para a transmissão de informações do Sistema de Obras de Adução;</p> <p>5.4. Implantar um Centro de Controle e Operação.</p>	<p>5.1. Foram instalados 68 equipamentos para controle do sistema de obra e adução;</p> <p>5.2. Foram instaladas todas as estações necessárias ao monitoramento das bacias receptoras;</p> <p>5.3. Encontra-se em fase de conclusão a implantação da rede para a transmissão de informações do Sistema de Obras de Adução</p> <p>5.4. Não foi iniciada a implantação do CCO.</p>
6) INDICADORES	<p>6.1. Percentual dos equipamentos das estações de monitoramento instaladas;</p> <p>6.2. Percentual da rede implantada;</p> <p>6.3. Percentual da conclusão da obra do Centro de Controle e Operação – CCO.</p>	<p>6.1. Concluídos 59,13% dos pontos de monitoramento do sistema adutor e 100% das estações das bacias receptoras;</p> <p>6.2. 90% da rede encontra-se implantada e em teste.</p> <p>6.3. Não foi iniciada a implantação do CCO.</p>
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	<p>7.1. Em atendimento</p>	



26 – PROGRAMA DE CADASTRAMENTO DE FONTES HÍDRICAS SUBTERRÂNEAS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>1) OBJETIVO</p>	<p>1.1. Realizar o diagnóstico e o monitoramento quali-quantitativo das fontes hídricas subterrâneas situadas em áreas potencialmente vulneráveis a alterações na dinâmica do aquífero (entorno dos reservatórios/açudes e canais naturais), decorrentes da implementação do Projeto, antes e após o início de sua operação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Foram executadas 8 (oito) campanhas de monitoramento quali-quantitativo em 41 (quarenta e um) pontos de água subterrâneas, os resultados dessas campanhas são apresentados nos relatórios Semestrais e Anuais. - Contratação de empresa especializada para execução e acompanhamento do Programa. - Formação de equipe para identificação e caracterização das fontes de água subterrânea. - Aprovação do Plano de Trabalho com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
<p>2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p>2.1. Levantar os pontos de captação de água subterrânea na área de abrangência do Programa cadastrados no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS;</p> <p>2.2. Identificar, caracterizar e cadastrar os pontos de captação de água subterrânea na área de abrangência do Programa;</p> <p>2.3. Realizar monitoramento do nível do lençol freático e das características físico-químicas e bacteriológicas das fontes hídricas subterrâneas previamente selecionadas, com possíveis alterações na dinâmica do aquífero, antes o início de operação do Projeto;</p> <p>2.4. Gerar um banco de dados georreferenciado com as informações relativas ao cadastramento, caracterização e monitoramento quali-quantitativo das fontes hídricas subterrâneas da área de abrangência do Programa.</p>	<p>2.1 e 2.2. As atividades planejadas para a identificação, caracterização e cadastramento dos poços através do SIAGAS, órgão gestores de recursos hídricos dos Estados abrangidos pelo PISF e a existência de poços não constantes nesses cadastros, são apresentados nos relatórios semestrais 07 e 08. Já a metodologia de seleção prévia das fontes subterrâneas contempladas com o monitoramento quali-quantitativo, são apresentados nos relatórios semestrais 09 e 10; esse primeiro apresenta a reformulação do Programa e o relatório subsequente as adequações ao texto solicitadas pelo IBAMA. Nos relatórios semestrais 11 e 12 são demonstrados os levantamentos de campo aos poços pré-selecionados e a constatação da viabilidade de seu monitoramento.</p> <p>2.3. Foram executadas 8 (oito) campanhas de monitoramento quali-quantitativo antes do início da operação do Projeto, nos 41 (quarenta e um) poços selecionados (relatórios semestrais 13 a 16 e relatórios anuais 17 e 18).</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2.4. Os dados sobre os pontos de coletas são georeferenciados e constam da base de dados do PISF, constando também no SIGGA – Sistema de Informação Geográfica e Apoio à Gestão Ambiental.



26 – PROGRAMA DE CADASTRAMENTO DE FONTES HÍDRICAS SUBTERRÂNEAS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Órgãos gestores de recursos hídricos, usuários de recursos hídricos e instituições de ensino e pesquisa.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Definida tendo como base o traçado de faixas de 2,5 km, a partir do eixo dos canais naturais, e a mesma distância para o entorno dos reservatórios do Projeto e açudes receptores das águas transpostas, considerando suas cotas máximas.	
5) METAS	5.1. Cadastrar os pontos de captação de água subterrânea da área de abrangência do Programa, antes do início da operação do Projeto; 5.2. Estabelecer a rede de monitoramento na área de abrangência do Programa; 5.3. Sistematizar e divulgar semestralmente as informações do banco de dados do Programa (cadastramento, caracterização e monitoramento quali-quantitativo dos poços destinados a consumo humano situados na área de abrangência), durante a fase de implantação do Projeto até 02 (dois) anos após a sua operação, podendo este prazo ser ampliado ou reduzido, conforme análise dos resultados obtidos no monitoramento.	<ul style="list-style-type: none"> - 5.1, 5.2. A atividade de levantamento dos poços localizados na área de abrangência do Projeto é demonstrada nos relatórios semestrais 10, 11 e 12. Tais informações foram cruciais para o estabelecimento da atual rede de monitoramento com 41 (quarenta e um) poços. - 5.3. Os dados sobre os pontos de coletas são georeferenciados e constam da base de dados do PISF, constando também no SIGGA – Sistema de Informação Geográfica e Apoio à Gestão Ambiental. As coletas ocorrem a cada semestre e as informações são disponibilizadas nos relatórios de atividades.
6) INDICADORES	6.1. Número de poços cadastrados; 6.2. Percentual de poços regularizados; 6.3. Percentual de poços monitorados em relação ao número de poços selecionados para a rede de monitoramento.	<ul style="list-style-type: none"> - 6.1. No período da atividade de levantamento das fontes hídricas, haviam 4.534 poços cadastrados na base SIAGAS, localizados nos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. - 6.2. Após o critério de delimitação espacial da área de abrangência requerida, selecionou-se um universo de 444 poços, destes, após cruzamento com três sistemas secundários (geologia, drenagem e curvas de nível) foram obtidos 73 poços para avaliação em campo; concluindo viabilidade de monitoramento, após realização de intervenções nas fontes subterrâneas, em 41 poços. - 6.3. Em média, por campanha de monitoramento, tem-se de 80% do total de poços avaliados (realização de medição do

26 – PROGRAMA DE CADASTRAMENTO DE FONTES HÍDRICAS SUBTERRÂNEAS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		nível da água e análises físico-químicas e microbiológicas da água).
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1 Em atendimento	



27 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS PROCESSOS EROSIVOS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	<p>1.1. Indicar as medidas de controle a serem aplicadas no decorrer das atividades de construção para evitar a ocorrência de processos erosivos decorrentes das obras e definir os dispositivos e critérios a serem aplicados para o projeto de execução do canal para monitorar os pontos críticos, garantindo a manutenção das condições adequadas de estabilização dos solos.</p>	<p>1.1 As principais medidas de contenção indicadas são contenção do talude com materiais granulares (talude de corte e aterro), canaletas trapezoidais junto às pistas (acessos), estabilização das margens com enrocamento (cruzamento de corpos hídricos), enrocamento no talude a jusante (barragens), cobertura vegetal das margens (reservatórios), enrocamento próximo de fundações nas margens de corpos hídricos (aquedutos) e enterramento e proteção da tubulação para cruzamentos (adutora).</p> <p>Após a definição da criticidade (Muito Crítica, Crítica e Pouco Crítica) das áreas do projeto, é realizado o monitoramento do cumprimento das diretrizes do Programa pelas empresas construtoras e subcontratadas, por meio dos relatórios mensais de supervisão ambiental e de vistorias em campo.</p>
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Caracterizar as áreas críticas de processos erosivos junto aos canais, às encostas marginais, leitos naturais e acessos à obra;</p> <p>2.2. Implantar, tão logo seja possível, a proteção vegetal (revegetação) das áreas onde houve intervenção, diminuindo o tempo de exposição do solo;</p> <p>2.3. Implementar medidas e dispositivos adequados, associadas a um conjunto de critérios técnicos a serem observados no processo construtivo, que possibilitam prevenir as situações específicas de risco de ocorrência de processos erosivos;</p> <p>2.4. Monitorar os procedimentos e medidas adotadas para evitar a instalação de processos erosivos de forma que seja possível comprovar a eficácia ou a necessidade de outras práticas de controle;</p> <p>2.5. Contribuir para a redução da carga sólida carreada pelas chuvas para os cursos d'água, oriunda dos processos erosivos contínuos ou periódicos a que estarão sujeitos os taludes,</p>	<p>2.1. As áreas críticas foram caracterizadas e apresentadas na 1ª Etapa (Caracterização e Controle das Áreas Críticas Existentes) e na 2ª Etapa (Caracterização das Áreas de Instabilidade Devido a Processos Construtivos) do Programa.</p> <p>2.2. O programa se inter-relaciona com outros programas, sendo as informações referentes a recuperação das áreas onde houve alteração na paisagem natural são executadas no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.</p> <p>2.3. As medidas e dispositivos foram implantadas conforme critérios técnicos apresentados no Anexo 4.27.1_Projetos tipicos_medidas_controle do 16º relatório semestral.</p> <p>2.4. O monitoramento da eficácia das medidas implantadas é realizado através de visitas periódicas em todos os pontos suscetíveis a sofrer algum tipo de processo erosivo; sendo monitorados 437 pontos, os quais foram tratados de forma preventiva e/ou corretiva. Dessa forma é possível avaliar a</p>



27 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS PROCESSOS EROSIVOS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>principalmente dos acessos;</p> <p>2.6. Proteger as áreas críticas durante a construção, através da redução da velocidade da água e redirecionamento do escoamento superficial.</p>	<p>eficácia dos procedimentos adotados e/ou a necessidade de adequações nos que se fizerem necessários.</p> <p>2.5. Foi realizado o enrocamento dos taludes (de corte ou aterro) do canal e/ou das estruturas diversas do PISF para evitar o carreamento de sedimentos aos cursos d'água.</p> <p>2.6. Foram implantados dispositivos de drenagem (canaletas trepezoidais, escadas hidráulicas, bacias de amortecimento e dissipadores de energia) ao longo dos lotes de obras visando o direcionamento das águas pluviais para os sistemas de drenagem do PISF.</p>
3) PÚBLICO-ALVO	<p>3.1. População vizinha à faixa dos canais e dos acessos à obra e as Empresas Construtoras e Supervisoras</p>	-
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	<p>4.1. ADA: 5 km de cada lado dos canais e reservatórios a serem implantados</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ CE: Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Penaforte. ✓ PE: Betânia, Cabrobó, Custódia, Floresta, Salgueiro, Sertânia, Terra Nova e Verdejante ✓ PB: Monteiro, Cajazeiras, Monte Horebe, São José de Piranhas. 	-
5) METAS	<p>5.1. Instalar dispositivos de controle dos processos erosivos nas áreas sujeitas à erosão, durante a fase de implantação das obras;</p> <p>5.2. Monitorar a eficácia de todos os procedimentos utilizados para evitar a instalação de processos erosivos e das medidas preventivas e corretivas implantadas.</p>	<p>5.1. Durante a fase de implantação das obras foram implantados dispositivos de controle dos processos erosivos em todos os Lotes e Metas de Obras do PISF, conforme critérios técnicos apresentados no Anexo 4.27.1_Projetos tipicos_medidas_controle do 16º relatório semestral.</p> <p>5.2. O monitoramento da eficácia é realizado através de visitas periódicas em todos os pontos suscetíveis a sofrer algum tipo de processo erosivo; sendo monitorados 437 pontos, os quais foram tratados de forma preventiva e corretiva com a implantação dos dispositivos de drenagem apresentados anteriormente, inclusive a instalação de bacias de</p>

27 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS PROCESSOS EROSIVOS

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		amortecimento, reconformação das áreas, enrocamento dos taludes de corte e aterro, pistas em curva de nível e gabião.
6) INDICADORES	<p>6.1. Área com proteção implantada em relação às áreas necessárias;</p> <p>6.2. Proporção de processos erosivos controlados em relação aos identificados trimestralmente;</p> <p>6.3. Número de corpos hídricos assoreados em função da implantação da obra, em relação ao número de corpos hídricos identificados na faixa de domínio do PISF;</p> <p>6.4. Presença ou ausência de erosão laminar e em sulcos.</p>	<p>6.1. Das 437 áreas levantadas, foram implantadas proteção em 311 áreas, 30 estão em implantação e 96 foram implantadas, mas necessitam de adequações;</p> <p>6.2. Foram controlados 71,16% dos processos erosivos identificados e 21,96% foram implantados, mas necessitam de alguma adequação e apenas 6,86% encontra-se em implantação das medidas de controle.</p> <p>6.3. Não foi registrado nenhum corpo hídrico assoreado dentre os 199 corpos hídricos identificados na faixa de domínio do PISF</p> <p>6.4. Em relação aos processos erosivos laminares ou em sulcos identificados na faixa de domínio do PISF, os mesmos são reconformados e são implementadas medidas preventivas ao surgimento de novos processos erosivos, tais como direcionamento das águas pluviais proteção de taludes e outros.</p>
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1. Em atendimento	



28 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE CARGAS SÓLIDAS APORTANTES NOS RIOS RECEPTORES E SEUS AÇUDES PRINCIPAIS

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Solicitado Encerramento. O MI solicitou o encerramento do Programa nos Relatórios de Execução 14º, 15º e 16º, reiterando tal solicitação por meio da Nota Técnica nº 64/2015/CGPA/DPE/SIH/MI, protocolada por meio do Ofício nº 120/2015/CGPA/DPE/SIH/MI, datado de 30/07/2016. O Ministério solicita o encerramento do Programa.</p>		



29 – PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS IMPLANTADOS, EM IMPLANTAÇÃO E PLANEJADOS

GRUPO DE PROGRAMA: G5 - Programas Ambientais Relacionados à Fase de Operação do Empreendimento.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Solicitado Encerramento. As atividades previstas para este Programa encontram-se plenamente atendidas, conforme apresentado no 14º Relatório Semestral de Execução do Projeto Básico Ambiental do PISF. Tais informações foram analisadas no Parecer Técnico nº 02019.000078/2015-45 NLA/PE/IBAMA, datado de 18 de agosto de 2015, sendo o Programa considerado atendido. O Ministério solicita o encerramento do Programa.</p>		



30 – PROGRAMA DE APOIO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item

Descrição

Demonstração de Atendimento

Solicitado Encerramento. Por meio do Parecer Técnico PAR. 02019.000078/2015-45 - NLA/PE/IBAMA, de 18 de agosto de 2015, o Ibama considerou o Programa atendido. O Ministério solicita o encerramento do Programa.



31 – PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO DE PERDAS NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ÁGUA NAS BACIAS RECEPTORAS

GRUPO DE PROGRAMA: G5 - Programas Ambientais Relacionados à Fase de Operação do Empreendimento.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Solicitado Encerramento. Considerando que o MI solicitou o encerramento desse Programa, reiterando tal solicitação por meio da Nota Técnica nº 64/2015/CGPA/DPE/SIH/MI, protocolada por meio do Ofício nº 120/2015/CGPA/DPE/SIH/MI, datado de 30/07/2015. O MI Solicita o encerramento do Programa.</p>		



32 – PROGRAMA DE APOIO AO SANEAMENTO BÁSICO

GRUPO DE PROGRAMA: G5 - Programas Ambientais Relacionados à Fase de Operação do Empreendimento.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
7) OBJETIVO	1.2. Propor medidas de apoio ao desenvolvimento de projetos de saneamento a partir da identificação das prioridades em termos de saneamento dos municípios das bacias receptoras de águas oriundas do Projeto.	1.2. Elaboração do diagnóstico da situação dos sistemas de abastecimento e distribuição de água, perdas de água nos sistemas, esgotamento sanitário e fontes poluidoras e da coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos em 396 (trezentos e noventa e seis) municípios na área de abrangência do Projeto, nos estados: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Este estudo foi enviado ao Ibama por meio do Ofício nº. ENG-113/2007/PSF/MI, em 29/08/07, Protocolo Ibama nº. 11.426). 1.3. Acompanhamento dos convênios e TCs junto às instituições parceiras (Ministério das Cidades, Funasa, Codevasf, Prefeituras Municipais) e convênios/termos de compromisso firmados que comprovam a elaboração de Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e de Gestão de Resíduos Sólidos realizados pela Funasa, Ministério das Cidades ou outra instituição parceira nos municípios inseridos na área de influência do PISF. Essas informações são encaminhadas nos Relatórios Semestrais e Anuais de Atividades.
8) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.5. Apoiar as instituições responsáveis por saneamento na elaboração de projetos de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. 2.6. Incentivar a melhoria dos sistemas de abastecimento de água dos municípios inseridos na AID. 2.7. Incentivar, quando possível, a adoção de sistemas alternativos de saneamento.	2.5. Apoio e acompanhamento das ações das Companhias Estaduais de Saneamento, Agências de Gestão de Águas, Ministério das Cidades, Funasa, Prefeituras Municipais. 2.6. e 2.3 – Atendidos, conforme evolução da implantação de sistemas demonstrada nos Relatórios Semestrais e Anuais de Atividades.
9) PÚBLICO-ALVO	3.2. População residente nos municípios pertencentes às Bacias Receptoras do Projeto.	



32 – PROGRAMA DE APOIO AO SANEAMENTO BÁSICO

GRUPO DE PROGRAMA: G5 - Programas Ambientais Relacionados à Fase de Operação do Empreendimento.

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
10) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.2. Municípios das bacias receptoras do Projeto nos estados da BA, CE, PB, PE e RN.	
11) METAS	<p>5.4. Manutenção de índices de qualidade da água, nos corpos hídricos integrados ao PISF, compatíveis com o objetivo de abastecimento humano.</p> <p>5.5. Apresentar o levantamento de fontes poluentes, o diagnóstico e os projetos básicos dos sistemas de esgotamento sanitário e de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos nas localidades beneficiadas pelo Programa.</p> <p>5.6. Estimular a formação de consórcios para elaboração de projetos de sistemas de coleta, transporte, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos em áreas consideradas prioritárias para o Projeto.</p> <p>5.7. Apoiar a elaboração de projetos dos sistemas de abastecimento de água dos municípios inseridos na AID.</p>	5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 - As ações foram apresentadas conforme descritas nos Relatórios Semestrais/Anuais, bem como nas Notas Técnicas nº 136/CGPA/DPE/SIH, de 16/12/2015, e nº 17/2017/CGPAM/DPE/SIH/MI, de 31/03/2017, encaminhadas ao Ibama por meio do ofício nº175/CGPA/DPE/SIH de 16 de dezembro de 2015 e 054/2017/CGPAM/DPE/SIH/MI de 17 de abril de 2017, respectivamente.
12) INDICADORES	<p>6.4. Percentual de projetos elaborados de sistema de saneamento.</p> <p>6.5. Número de protocolos de intenções assinados pelos municípios, com o objetivo de se constituir consórcios públicos para manejo adequado de resíduos sólidos.</p>	<p>6.4. Conforme demonstrado nos relatórios semestrais e anuais, a situação quanto às ações necessárias para elaboração dos projetos é a seguinte: Sistema de Abastecimento de Água = 98,8%; Percentual de projetos elaborados de Sistema de Esgotamento Sanitário = 99,1% e 100% para resíduos sólidos.</p> <p>6.5. As informações referentes aos Sistemas de Resíduos Sólidos mostram que todas as ações encontram-se em andamento ou concluídas, conforme Nota Técnica nº 17/2017/CGPAM/DPE/SIH/MI, de 31/03/2017, encaminhada por meio do ofício nº 054/2017/CGPAM/DPE/SIH/MI.</p>



33 – PROGRAMA DE SEGURANÇA E ALERTA QUANTO ÀS OSCILAÇÕES DAS VAZÕES DOS CANAIS NATURAIS QUE IRÃO RECEBER AS ÁGUAS TRANSPORTADAS

GRUPO DE PROGRAMA: Operação (OPR).

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
13) OBJETIVO	<p>1.3. Reduzir os impactos das cheias naturais nas bacias receptoras eliminando qualquer influência das vazões aduzidas.</p> <p>1.4. O principal objetivo é implantar um sistema de alerta em escala reduzida, como piloto, capaz de comunicar antecipadamente as comunidades ribeirinhas sobre a variação dos níveis d'água nos canais naturais em função da cheias decorrentes de eventos climáticos na região.</p>	<p>Considerando que os objetivos deste Programa são de competência da Agência Nacional de Águas (ANA) e dos órgãos estaduais como a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESPA), Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC – PE) e a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), considerando ainda que foram disponibilizados recursos para a instalação de estações telemétricas, permitindo-se o monitoramento em tempo real das bacias receptoras, já incorporadas à Rede Hidrometeorológica Nacional, e considerando o Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, instituiu o Sistema de Gestão do PISF - SGIB, o qual tem a finalidade de coordenar, promover e garantir a sustentabilidade financeira e operacional do projeto, o Ministério da Integração Nacional entende que o Programa foi atendido e solicita o seu encerramento.</p>
14) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.8. Minimizar as perdas decorrentes do bombeamento desnecessário em situações de cheias nas bacias receptoras</p> <p>2.9. Estruturar e implementar modelos hidrológico-hidráulico para previsão de cheias nas bacias selecionadas nas cidades e povoados às margens dos rios receptores vulneráveis às enchentes naturais;</p> <p>2.10. Implementar sistema de alerta contra as cheias nas comunidades vulneráveis baseado nas informações dos modelos elaborados, na fase de operação do PISF, em articulação com os Estados.</p>	
15) PÚBLICO-ALVO	<p>3.3. Habitantes das sedes municipais e distritos localizados às margens dos rios receptores e outras ocupações das áreas de várzeas, estendendo-se desde o deságue das vazões aduzidas pelo sistema até o próximo reservatório de grande porte no respectivo rio.</p>	
16) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	<p>4.3. Municípios pertencentes a AID.</p>	
17) METAS	<p>5.8. Identificar as localidades e populações vulneráveis às cheias naturais nos rios receptores.</p> <p>5.9. Selecionar áreas mais vulneráveis (com superfície de aproximadamente 10.000 km²), para estruturação de sistemas</p>	

33 – PROGRAMA DE SEGURANÇA E ALERTA QUANTO ÀS OSCILAÇÕES DAS VAZÕES DOS CANAIS NATURAIS QUE IRÃO RECEBER AS ÁGUAS TRANSPORTAS

GRUPO DE PROGRAMA: Operação (OPR).

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>de alerta de cheias no segmento hidrológico-hidráulico.</p> <p>5.10. Desenvolver um modelo de operação de reservatórios, na fase de implantação do sistema, de modo a evitar bombeamentos em situações de cheias nas bacias receptoras.</p> <p>5.11. Desenvolver modelo hidrológico-hidráulico para previsão de cheias, na fase de implantação e validar esse modelo na fase de operação do PISF.</p>	
18) INDICADORES	<p>6.6. Percentual de municípios estudados em relação aos municípios inseridos nas bacias receptoras, na fase de implantação do PISF.</p> <p>6.7. Número de alertas emitidos em relação aos eventos de cheias nas bacias receptoras, na fase de operação do PISF.</p>	



34 – PROGRAMA DE RELOCAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS A SEREM AFETADAS PELA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Relocação das infraestruturas (estradas, rodovias, pontes, travessias, linhas de transmissão (baixa tensão), cabos ópticos, adutoras) afetadas pelo empreendimento.	1.1. De forma a assegurar a continuidade do tráfego de veículos, recompor o sistema de estradas de serviço de particulares e de caminhos, assegurar o trânsito de pedestres e a passagem de animais, assegurar a continuidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica, telecomunicações e de saneamento às populações, na região de implantação do PISF, foram levantadas as interferências com necessidade de relocação, onde as infraestruturas (estradas, rodovias, pontes, travessias, linhas de transmissão (baixa tensão), cabos ópticos, adutoras) foram ou estão sendo relocadas.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.1. Assegurar a continuidade do tráfego de veículos nas rodovias federais, estaduais e municipais na região de implantação do PISF. 2.2. Recompor o sistema de estradas de serviço de particulares e de caminhos, garantindo a continuidade da circulação. 2.3. Assegurar o trânsito de pedestres. 2.4. Assegurar a passagem de animais. 2.5. Assegurar a continuidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica. 2.6. Assegurar a continuidade dos serviços de telecomunicações. 2.7. Assegurar a continuidade dos serviços de saneamento às populações.	2.1, 2.2, 2.3 e 2.4. O trânsito de pedestres e a passagem de animais na região de implantação do PISF está sendo mantido com a instalação de pontes e passarelas e a construção de rodovias e estradas vicinais no âmbito de todo o projeto, conforme pode ser observado no item 4.34 dos relatórios semestrais e anuais. 2.5, 2.6 e 2.7. A relocação das referidas interferências é realizada de forma a buscar a melhor solução para a continuidade dos serviços nos trechos onde as mesmas são interceptadas pelo PISF.
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Proprietários locais, a população residente e trabalhadora e os usuários das vias que serão afetadas pela implantação do Projeto.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. PE: Cabrobó, Salgueiro, Verdejante. CE: Penaforte e Jati;	



34 – PROGRAMA DE RELOCAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS A SEREM AFETADAS PELA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>4.2. CE: Jati, Brejo Santo, Mauriti, Barro. PB: Monte Horebe, São José de Piranhas;</p> <p>4.3. PE: municípios de Floresta, Betânia, Custódia, Sertânia.</p> <p>4.4. PB: Monteiro.</p>	
5) METAS	<p>5.1. Relocar e/ou recompor 100% das interferências identificadas e interceptadas na faixa de obras.</p>	<p>Do total de 513 interferências, foram solucionadas 277, 158 interferências foram solucionadas de forma alternativa ao proposto pela FUNCATE. Assim não existe mais interferências a serem solucionadas nos lotes do Exército Brasileiro, Lote 01 e Lote 08 do Trecho I; Lote 14 do Trecho II; e Exército Brasileiro, Meta 1L/2L e Meta 2L/3L do Trecho V.</p> <p>Estão aguardando solução apenas 18 interferências no Lote 02, 40 na Meta 1N, 07 na Meta 2N e 13 na Meta 3N. Enquanto as soluções definitivas não são implantadas, são assegurados a continuidade do tráfego de veículos, o trânsito de pedestres e a passagem de animais por meio de acessos provisórios, bem como, a continuidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica, telecomunicações e de saneamento às populações.</p>
6) INDICADORES	<p>6.1. Percentual de interferências relocadas em relação ao total identificado.</p>	<p>6.1. O total de interferências identificadas foram 513, sendo que destes, 277 interferências identificadas foram solucionadas, o que contabiliza 54,00%, 158 interferências receberam uma solução alternativa, contabilizando 30,80% e 78 interferências estão aguardando solução, contabilizando 15,20%.</p> <p>Eixo Leste, total 229 - 100% solucionadas.</p> <p>Eixo Norte, total 284 - 75,70% solucionadas.</p>
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	<p>7.1. Em atendimento</p>	



35 – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DOS PROCESSOS MINERÁRIOS DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>1) OBJETIVO</p>	<p>1.1. Liberar a faixa correspondente à Área Diretamente Afetada (ADA), solucionando possíveis interferências ou impactos negativos resultantes da construção e operação do PISF sobre as áreas de interesse extrativo mineral, as áreas de exploração mineral requeridas e sobre as que estiverem em diferentes estágios de licenciamento.</p>	<p>1.1 Com o intuito de atender o objetivo deste programa, foram emitidos Decretos Presidenciais de utilidade pública para fins de desapropriação bem como o bloqueio para o aproveitamento mineral da área da implantação da primeira etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.</p>
<p>2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p>2.1. Cadastramento da faixa correspondente à ADA como Área Prioritária no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.</p> <p>2.2. Desapropriação das áreas relativas aos processos de Titularidade Minerárias já requeridas e/ou concedidas, interferentes com a ADA ou que venham a apresentar qualquer restrição à construção e/ou operação do empreendimento.</p> <p>2.3. Estabelecimento de estratégias para a mitigação dos impactos e das diretrizes para acordos com os detentores do direito minerário, satisfatórios para ambas as partes, de modo a ressarcir eventuais perdas de receita e, assim, liberar as áreas de implantação do empreendimento, sem que restem pendências judiciais com os detentores de direitos minerários.</p>	<p>2.1 - Em 31 de janeiro de 2006, o Ministério da Integração Nacional - MI encaminhou ao DNPM, o ofício nº 40/2006/SE/MI, solicitando providências. Reiteraões desta solicitação foram manifestadas por meio de ofício nº 389/2008/PSF/MI de 16 de julho de 2008 e Aviso Ministerial nº 64/2008/MI de 20 de novembro de 2008. Na oportunidade foi aberto processo administrativo DNPM 48400-000827/2007.</p> <p>Em 2008, foi emitido Parecer PROGE nº 500/2008 - FMM- LBTL-MP-SDM-JA dispoendo sobre os procedimentos a serem adotados nos casos de pedidos de bloqueio de área para atividades minerárias.</p> <p>Em 14 de junho de 2011, foi publicado no DOU nº 113, despacho do diretor geral do DNPM que determina o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários, sob número processo administrativo DNPM 48400-000827/2007. Esta faixa de bloqueio, encontra-se cadastrada no Sistema de Informação Geográficas da Mineração – SIGMINE e teve como base as seguintes distancias das áreas do PISF: 500m do eixo do canal, 500m do limite da desapropriação e 1000m dos limites das Vilas produtivas Rurais.</p> <p>2.2. Os Decretos Presidenciais de 19 de maio de 2004, de 8 de junho de 2005 e posteriormente em 28 de abril de 2010 tomaram de utilidade pública para fins de desapropriação, total ou parcial, ou instituição de servidão de passagem, em favor da União, os imóveis de propriedade particular</p>



35 – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DOS PROCESSOS MINERÁRIOS DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		<p>constituídos de terras, benfeitorias, acessões, inclusive o domínio útil de terrenos foreiros, necessários à implantação da primeira etapa do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.</p> <p>2.3. Monitoramento quanto a possíveis negociações com os detentores de direitos minerários, constatando-se que até o presente momento não houveram custos despendidos com essa atividade.</p>
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. Todos os requerentes de processos de atividades legais de lavra e/ou de pesquisa mineral na Área Diretamente Afetada do PISF.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	<p>4.1. ADA: 5 km de cada lado dos canais e reservatórios a serem implantados;</p> <p>4.2. CE: Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Penaforte.</p> <p>4.3. PE: Betânia, Cabrobó, Custódia, Floresta, Salgueiro, Sertânia, Terra Nova e Verdejante.</p> <p>4.4. PB: Monteiro, Cajazeiras, Monte Horebe, São José de Piranhas.</p>	
5) METAS	<p>5.1. Cadastrar, no DNPM, a área com Decreto de Utilidade Pública ao longo do empreendimento em até 60 (sessenta) dias a partir da data de protocolização do Informe de Área Prioritária do DNPM.</p> <p>5.2. Estabelecer acordos com os detentores do direito minerário e desapropriação das áreas interferentes dos processos minerários com Lavra em atividade em fase de Concessão de Lavra, Licenciamento Autorizado ou Guia de Utilização (Alvará de Pesquisa), e dos processos sem atividade de lavra em fase de Requerimento de Lavra, Relatório Final de pesquisa apresentado (Autorização de Pesquisa), até a obtenção da</p>	<p>5.1. Área cadastrada conforme Processo DNPM nº 4840000827/2007, conforme detalhado nos objetivos específicos da demonstração de atendimento (item 2.1) acima.</p> <p>5.2 e 5.3. Foi realizada a desapropriação das áreas através da emissão de Decretos Presidenciais que tornaram de utilidade pública para fins de desapropriação as áreas referentes a implantação da primeira etapa do PISF, conforme detalhado nos objetivos específicos da demonstração de atendimento (item 2.2) acima.</p> <p>É realizado o monitoramento contínuo quanto a possíveis negociações com os detentores de direitos minerários,</p>



35 – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DOS PROCESSOS MINERÁRIOS DA ÁREA DIRETAMENTE AFETADA

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	Licença de Operação. 5.3. Estabelecer eventuais acordos com os demais detentores do direito minerário até 01 (um) ano após obtenção da Licença de Instalação (LI) do PISF.	constatando-se que até o presente momento não houveram custos despendidos com essa atividade.
6) INDICADORES	6.1. Acordos obtidos com os concessionários e o DNPM.	6.1. É realizado o monitoramento contínuo quanto a possíveis negociações com os detentores de direitos minerários, constatando-se que até o presente momento não houveram custos despendidos com essa atividade.
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1. Considerando o atendimento do Programa o Ministério da Integração solicitou nesse Relatório Anual de Atividades número 18 o encerramento do Programa 35.	



36 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA CUNHA SALINA

GRUPO DE PROGRAMA: G5 - Programas Ambientais Relacionados à Fase de Operação do Empreendimento

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
<p>Programa Encerrado. O órgão licenciador, por meio do Parecer Técnico nº 152/2011 – COMOC/ CGTMO/DILIC/IBAMA, de 16 de dezembro de 2011, que avaliou a Nota Técnica CGPA nº 095/DPE/SIH/MI para subsidiar o pedido de renovação da Licença de Instalação (LI) para os Trechos I, II e V do PISF, manifestou-se favorável ao encerramento deste Programa.</p>		



37 - PROGRAMA DE CORTE E PODA SELETIVA DA VEGETAÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Definir os procedimentos adequados de Corte e Poda da Vegetação durante as fases de instalação e operação da Linha de Transmissão - LT.	1.1. Os procedimentos foram definidos no Programa 37, pelas Normas NBR e ainda para fase de operação em plano de Manutenção e Manejo da Faixa de Servidão. Para a fase de instalação foram obedecidas as diretrizes constantes do Programa 10.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2.1. Garantir a ininterruptão da transmissão de energia elétrica por efeito consequente de vegetação próxima à LT. 2.2. Impedir o surgimento de processos erosivos no solo em virtude das atividades do empreendimento. 2.3. Evitar, sempre que possível, o surgimento de clareiras.	2.1, 2.2 e 2.3. É realizado o monitoramento das áreas onde estão instaladas as torres de energia e linhas de transmissão, sendo verificadas a altura das espécies arbóreas, a incidência de processos erosivos e a ausência de vegetação na faixa de instalação das referidas estruturas. Na fase de operação das LTs, será elaborado e executado o Plano de Manutenção e Manejo da Faixa de Servidão através da empresa responsável pela operação.
3) PÚBLICO-ALVO	3.1. O público-alvo do Programa é composto pelo Empreendedor, pelas Empresas Construtoras e pelos funcionários das empresas responsáveis pela instalação e pela operação das LTs.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Faixas de servidão das Linhas de Transmissão do PISF	
5) METAS	5.1. Suprimir a vegetação somente das áreas estritamente necessárias para a instalação da LT; 5.2. Retirada de 100 % das árvores que possam oferecer risco de queda sobre a LT por ação de ventos; 5.3. Rebaixamento de 100 % da vegetação com potencial de provocar aterramento da rede elétrica ou interrupção da transmissão de energia; 5.4. Afugentamento de 100% da fauna residente da faixa de	5.1, 5.2 e 5.4 As atividades de supressão para instalação das torres e das linhas de transmissão se restringiu ao mínimo necessário para sua implantação. A supressão foi realizada mediante ao planejamento das operações de corte, descritos no Plano de Corte e Limpeza da Faixa de Servidão que teve como base os Programas Ambientais 06, 10 e 23 do PISF. 5.3 e 5.6 - É realizado frequentemente o monitoramento da vegetação sob a linha, sendo indicado quando necessário o



37 - PROGRAMA DE CORTE E PODA SELETIVA DA VEGETAÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	<p>servidão;</p> <p>5.5. Recuperação de 100% das áreas degradadas em decorrência das atividades de instalação das LTs, de acordo com o que preconiza o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – 09;</p> <p>5.6. Monitoramento sistemático das Áreas Sob Linha de Transmissão de Energia Elétrica – ALTEE, para realização de corte e podas necessárias à garantia da integridade da LT;</p> <p>5.7. Solucionar em sua totalidade as Não Conformidades pertinentes às ações de supressão vegetal para instalação da LT.</p>	<p>rebaixamento da vegetação..</p> <p>5.5 Como a supressão foi realizada de maneira reduzida ao estritamente necessário, está ocorrendo a regeneração natural das espécies vegetais das áreas afetadas.</p> <p>5.6 Está sendo realizada a verificação previa (antes da operação do sistema), a cada 4 meses, do dossel arbóreo nas faixas de servidão e sob Linhas de Transmissão de Energia Elétrica, de modo a garantir que a altura dos indivíduos não implique em risco de interrupção de transmissão de energia elétrica.</p> <p>5.7 As atividades de supressão vegetal para instalação das torres de energia e linhas de transmissão foram realizadas de acordo com o Plano de Corte e Limpeza da Faixa de Servidão, não sendo identificadas não conformidades.</p>
6) INDICADORES	<p>6.1. Correlação de área e volume efetivamente suprimidos equivalente ao estimado nas ASVs para instalação da LT;</p> <p>6.2. Número de cortes de vegetação arbórea;</p> <p>6.3. Número de Não Conformidades Ambientais resultante da aplicação das diretrizes deste programa, do PAC, do Programa de Supressão Vegetal das Áreas de Obras, do Programa de Conservação de Fauna e Flora, e do Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos;</p> <p>6.4. Ausência de óbito de espécie da fauna silvestre em decorrência das atividades de implantação da LT;</p> <p>6.5. Não permanência de clareiras e solo exposto nas ALTEEs;</p> <p>6.6. Não ocorrência de erosões nas ALTEEs.</p>	<p>6.1. 6.2. Para a Linha de Transmissão o Ministério da Integração adotará o volume estimado quando da solicitação da ASV.</p> <p>6.3. Não foram registradas Não Conformidades Ambientais.</p> <p>6.4. Não foram registrados óbitos de espécies da fauna nas atividades de implantação da LT;</p> <p>6.5. Não foram registradas a existência de clareiras e solo exposto nas ALTEEs;</p> <p>6.6. Não foram verificadas ocorrências de processo erosivos nas ALTEEs.</p>



37 - PROGRAMA DE CORTE E PODA SELETIVA DA VEGETAÇÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G4 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Biótico

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO	7.1. Em atendimento	



38 - PROGRAMA DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NA FAIXA DE SERVIDÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
1) OBJETIVO	1.1. Definir procedimentos e estratégias para o monitoramento, prevenção e controle de incêndios florestais na faixa de servidão das linhas de transmissão do empreendimento.	1.1. Os procedimentos e estratégias para o monitoramento, prevenção e controle de incêndios florestais na faixa de servidão das linhas de transmissão do empreendimento foram apresentados no Plano de Ação Para Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Faixa de Servidão das Linhas de Transmissão do PISF.
2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>2.1. Monitorar focos de calor na área de servidão das Linhas de Transmissão;</p> <p>2.2. Fomentar a implantação de comitês de monitoramento, prevenção e controle de incêndios florestais;</p> <p>2.3. Estabelecer sistema de comunicação em caso de sinistro;</p> <p>2.4. Propor ações de educação ambiental, junto às comunidades próximas às Linhas de Transmissão, direcionadas à prevenção e combate de incêndios;</p> <p>2.5. Estabelecer interface com os programas de Educação Ambiental e Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais.</p>	<p>2.1. O monitoramento dos focos de calor verificados nas proximidades da faixa de servidão das linhas de transmissão dos Trechos I e V do PISF é realizado por meio da utilização dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE (http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas).</p> <p>2.2. 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 Conforme apresentado no Plano de Ação Para Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Faixa de Servidão das Linhas de Transmissão do PISF.</p>
3) PÚBLICO-ALVO	<p>3.1. O público-alvo do Programa é composto pelo Empreendedor, pelas Empreiteiras e pelos proprietários das terras trespassadas pela Linha de Transmissão.</p> <p>3.2. Dentre as outras entidades que poderão se interessar pelos resultados do Programa, se citam como principais os órgãos estaduais responsáveis pela preservação do meio ambiente e as Secretarias de Meio Ambiente e de Saúde dos municípios atingidos pelo empreendimento. Caso solicitem, esses órgãos também</p>	



38 - PROGRAMA DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NA FAIXA DE SERVIDÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
	poderão receber os relatórios de acompanhamento.	
4) ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	4.1. Faixas de servidão das Linhas de Transmissão do PISF	
5) METAS	<p>5.1. Todos os focos de calor monitorados;</p> <p>5.2. Comitês municipais de prevenção e combate a incêndios formados nos municípios envolvidos;</p> <p>5.3. Mecanismos de informação de sinistro estabelecido;</p> <p>5.4. Moradores das propriedades cortadas pelas LTs conscientizados e sensibilizados.</p>	<p>5.1. É realizado o monitoramento periódico dos focos de calor nas proximidades das linhas de transmissão dos Trechos I e V do PISF, sendo que no período de julho/2016 a junho/2017 foram identificados, através de imagens dos satélites meteorológicos da série NOAA, 1996 (mil novecentos e noventa e seis) focos de calor no estado de Pernambuco, sendo que nenhum desses focos incidiu sobre a faixa de servidão das linhas de transmissão do PISF.</p> <p>5.2. Conforme o Plano de Ação Para Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Faixa de Servidão das Linhas de Transmissão do PISF, no funcionamento das LTs, serão formados os comitês com os municípios envolvidos, sendo compostos por proprietários das terras no entorno das ALTEEs, prefeituras, corpo de bombeiro, instituições envolvidas com a instalação do Projeto e a Operadora do PISF.</p> <p>5.3. Conforme o Plano de Ação Para Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Faixa de Servidão das Linhas de Transmissão do PISF, no funcionamento das LTs, a operadora do sistema implantará o sistema de comunicação em caso de sinistro, podendo ser realizado por diversos meios, tais como: rádios (móveis, fixos e HT), telefones (celulares, públicos ou privados), sistemas via satélite de controle de frota (Autotrace ou similares).</p> <p>5.4. Será realizado o processo de conscientização e sensibilização dos envolvidos na implantação do empreendimento e da população das comunidades próximas às LT's. Esse processo de conscientização e sensibilização será abordado através de ações de</p>



38 - PROGRAMA DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NA FAIXA DE SERVIDÃO

GRUPO DE PROGRAMA: G1 - Programas Ambientais Relacionados ao Meio Físico e à Supervisão e Controle das Obras

Item	Descrição	Demonstração de Atendimento
		comunicação, utilizando diversos instrumentos.
<p>6) INDICADORES</p>	<p>6.1. Percentual de incêndios controlados; 6.2. Sinistros informados de acordo com os mecanismos estabelecidos; 6.3. Número de proprietários envolvidos nas ações de prevenção e combate.</p>	<p>6.1. Conforme monitoramento dos focos de calor nas proximidades da linha de transmissão, não foram identificados incêndios, onde com isso não houve a necessidade de combate e/ou controle de queimadas. 6.2. Não foi registrado nenhum sinistro. 6.3. Com a operação da Linha de Operação as 717 propriedades que estão inseridas da faixa de servidão, serão envolvidas nas ações de prevenção e combate, conforme previsto no Plano de Ação Para Prevenção e Combate a Incêndios Florestais na Faixa de Servidão das Linhas de Transmissão do PISF.</p>
<p>7) SITUAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO AO ATENDIMENTO</p>	<p>7.1. Em atendimento</p>	

